

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

ANNA LUIZA FRANÇA MOURA

**O CENTRO HISTÓRICO TOMBADO DE LARANJEIRAS/SE
SOB A ÓTICA DA VEGETAÇÃO**

Laranjeiras/SE
2024

ANNA LUIZA FRANÇA MOURA

**O CENTRO HISTÓRICO TOMBADO DE LARANJEIRAS/SE
SOB A ÓTICA DA VEGETAÇÃO**

Trabalho apresentado como requisito para a obtenção de nota na atividade de Trabalho de Conclusão de Curso 2, no curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Sergipe – UFS.
Orientador: Dr^a Raquel Kohler Wypyszynski

Laranjeiras/SE
2024

**O CENTRO HISTÓRICO TOMBADO DE LARANJEIRAS/SE
SOB A ÓTICA DA VEGETAÇÃO**

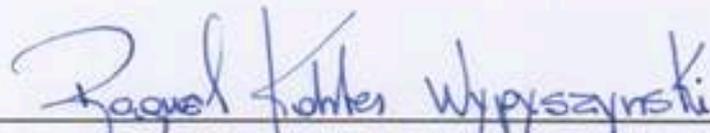
ANNA LUIZA FRANÇA MOURA

Trabalho apresentado como requisito para a obtenção de nota na atividade de Trabalho de Conclusão de Curso 2, no curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Sergipe – UFS.

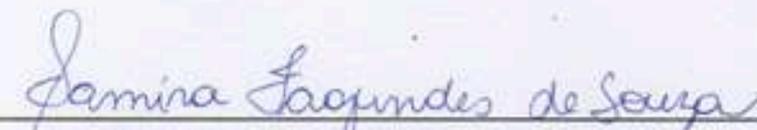
Nota: DEZ

Data de apresentação: 29/10/2024

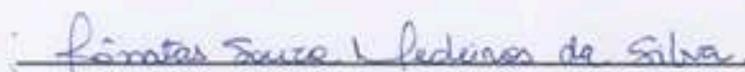
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Raquel Kohler Wypyszynski



Prof.ª Me.ª Samira Fagundes de Souza



Prof. Me. Jônatas Souza Medeiros da Silva

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Neide e Claudio, pelo cuidado e carinho incondicionais, e por não medirem esforços para que eu tivesse acesso a uma educação de qualidade. À minha família, em especial à minha prima, Gabriela; ao meu irmão, Victor; à minha cunhada, Dayane; e à minha madrinha, Geilza, por todo apoio e incentivo. Também sou grata a Bernardo, meu sobrinho, por abrilhantar meus dias com sua alegria. Obrigada por serem lar na minha vida.

Ao meu grupo inseparável, Alana, Emilly, Lícia e Marcela, e às minhas “fadinhas”, Adma, Bianca, Cecília, Débora, Laís e Mariana, presentes da UFS, por compartilharem comigo choros, risadas, surtos, conquistas e muita parceria nessa caminhada.

Agradeço à Sofia e à Rafaelly, minhas melhores amigas, por acreditarem em mim e se fazerem presentes todos esses anos, mesmo com a correria da rotina. E à Isabelle e à Mariana, por continuarem vibrando na torcida.

A minha orientadora, Raquel, por toda paciência e ensinamento passado ao longo dos anos no curso, sobretudo, durante o desenvolvimento do meu TCC. Definitivamente, uma pessoa que fez a diferença para o início da minha formação profissional.

Com a certeza de que esse é apenas o começo, todos os citados, à sua maneira, contribuíram para que eu chegasse até aqui e serão sempre lembrados com muito carinho.

“Como uma árvore, a sociedade, quanto mais firme e profundamente tiver suas raízes fixadas no substrato do passado, tanto mais forte e resistente desenvolve seu tronco no presente, e tanto mais garantirá à sua copa, no futuro, a capacidade de florir e frutificar sadia e abundantemente”

– IPHAN, 1999

RESUMO

Este trabalho busca explorar a dinâmica da relação entre o centro histórico tombado da cidade de Laranjeiras, em Sergipe, e as áreas verdes inseridas no perímetro abordado e em seu entorno, aprofundando a contextualização histórica do desenvolvimento desse sítio histórico em detrimento de sua vegetação. Para tanto, objetiva-se investigar o potencial de esverdeamento do centro histórico tombado laranjeirense, a partir da compreensão sobre o vínculo das espécies vegetais com as cidades na paisagem ao longo do tempo, caracterizando o objeto de estudo nesse ínterim, de modo a possibilitar o delineamento de diretrizes para o incremento de vegetação na área enfocada. Para tanto, são realizadas revisões bibliográficas sistemáticas que abrangem a temática; levantamento de normativos e legislações específicas para o município, o patrimônio protegido e sua vegetação; visitas de campo; levantamento fotográfico; e produção de representações gráficas esquemáticas. Desse modo, foram identificadas áreas livres com potencial de acréscimo de vegetação, tendo em vista os critérios de conservação de um sítio histórico protegido e as prerrogativas necessárias para a inserção de espécies vegetais nos centros urbanos. Portanto, o estudo aponta para a necessidade de apreender acerca do equilíbrio entre salvaguardar o bem cultural tombado e as necessidades cíclicas de uma cidade em uso, com ênfase nos jardins históricos e sua vegetação, compreendendo a dinamicidade cotidiana entre a população e as ruas do centro tombado laranjeirense.

Palavras-chave: jardim histórico; paisagem; patrimônio; sítio histórico; vegetação.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Linha temporal síntese dos principais marcos em torno da relação entre vegetação e desenho urbano.....	20
Figura 2 – Linha temporal síntese com algumas Recomendações e Cartas que redigem sobre conceituação e preservação das cidades e jardins históricos.....	27
Figura 3 – Perímetro da Freguesia do Cotinguiba a partir do mapa de topografia da Província de Sergipe Del Rey, nos primeiros anos do século XIX.....	32
Figura 4 – Traçados urbanos iniciais de Laranjeiras a partir do rio Cotinguiba. A numeração indica a ordem do surgimento de cada eixo de ocupação.....	33
Figura 5 – Vista para o centro de Laranjeiras, com destaque para o Rio Cotinguiba e os dois primeiros eixos de formação da cidade, a título de localização (1- Praça Samuel de Oliveira; 2- Calçadão Getúlio Vargas).....	34
Figura 6 – Planta de localização do objeto de estudo, a partir da relação entre Estado, Cidade, bairro e perímetro do centro histórico tombado.....	36
Figura 7 – (A) Registro do Cacumbi; (B) Registro de parte dos festejos ocorridos no Encontro Cultural de Laranjeiras; (C) Artesanato local laranjeirense.....	37
Figura 8 – Centro histórico de Laranjeiras (SE) por satélite. Perímetro tombado em destaque	38
Figura 9 – Vista para parte do centro histórico de Laranjeiras, com destaque para o Antigo Quarteirão dos Trapiches localizado na Praça Samuel de Oliveira, pouco antes da intervenção do Programa Monumenta.....	39
Figura 10 - Paisagem visual da cidade de Laranjeiras (SE), a partir de pontos altos do entorno de seu centro histórico tombado.....	40
Figura 11 – Palmeiras Imperiais na praça Nossa Senhora da Conceição.....	42
Figura 12 – Registro da Praça Possidônia Bragança, construída no ano de 1913.....	43
Figura 13 – Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus e Praça da Matriz ao longo dos anos, sendo (A) Anos antes da remodelação da Igreja Matriz em 1905; (B) Em 1905; (C) Em 1990; (D) Destaque para o ajardinamento cercado da Igreja Matriz, já em 2020.....	44
Figura 14 – Paço Imperial, atual Prefeitura Municipal de Laranjeiras, em meados de 1970..	45
Figura 15 – Calçadão Getúlio Vargas e suas transformações ao longo do tempo.....	46

Figura 16 – Registros de vias públicas não arborizadas, no centro histórico tombado de Laranjeiras (SE).....	47
Figura 17 – Registro fotográfico das espécies arbóreas suprimidas na região da Praça Samuel de Oliveira, no centro histórico tombado de Laranjeiras (SE).....	48
Figura 18 – Mapa de Zoneamento da Zona Urbana de Uso Controlado.....	49
Figura 19 – Linha temporal síntese com normativos acerca do patrimônio histórico, cultural e ambiental para a cidade de Laranjeiras/SE.....	50
Figura 20 – Contraponto entre o centro histórico tombado de Laranjeiras e as massas verdes do seu entorno, a partir da colina da vista da (A) Igreja Bom Jesus dos Navegantes e (B) da Igreja do Senhor do Bonfim.....	52
Figura 21 – Percursos realizados na visita de campo.....	53
Figura 22 – Classificação das caixas das vias do centro histórico tombado de Laranjeiras/SE	55
Figura 23 – Praça Samuel de Oliveira.....	56
Figura 24 – (A) Rua da Independência; (B) Rua José do Prado Franco; (C) Rua Mj. Hunaldo Santos.....	57
Figura 25 – Lotes verdes públicos com potencial de esverdeamento.....	58
Figura 26 – (A), (B) Espaço verde 1.1 (Empaçamento) – Praça anexa ao CampusLar; (C) Espaço verde 1.3 (Empaçamento) – Praça Marcolino Ezequiel.....	59
Figura 27 – (A) Espaço verde 1.2 (Empaçamento) – Praça defronte ao CampusLar; (B) Espaço verde 1.4 (Empaçamento) – Praça da rua Tobias Barreto; (C) Espaço verde 1.5 (Empaçamento) – Praça da Matriz.....	60
Figura 28 – (A) Espaço verde 1.6 (Empaçamento) – Praça Josino Meneses; (B) Espaço verde 1.7 (Empaçamento) – Largo da Quaresma; (C) Espaço verde 1.10 (Empaçamento) – Praça de Eventos.....	61
Figura 29 – Espaços privados intraquadra com potencial de esverdeamento.....	63
Figura 30 – Algumas espécies vegetais arbóreas existentes no centro histórico tombado de Laranjeiras, SE.....	65
Figura 31 – Algumas espécies vegetais arbustivas e herbáceas existentes no centro histórico tombado de Laranjeiras, SE.....	66

Figura 32 – Espaços identificados com potencial de esverdeamento no centro histórico tombado de Laranjeiras/SE.....	75
Figura 33 – Vegetação alocada na calçada de uma residência no centro histórico tombado de Laranjeiras/SE	77
Figura 34 — Ocupação das ruas do centro histórico tombado de Laranjeiras/SE, na preparação para o Micareme 2024.....	79
Figura 35 – Registro de diferentes trechos do rio Cotinguiba dentro do perímetro tombado do centro histórico de Laranjeiras/SE.....	80
Figura 36 – Indicação da área permeável necessária para o desenvolvimento da muda.....	82
Figura 37 – Distâncias entre a região de plantio e a faixa das edificações, muros ou gradis....	82
Figura 38 – Dimensões mínimas para o plantio de árvores no passeio.....	83
Figura 39 – Distanciamentos mínimos entre vegetação e mobiliários e instalações urbanos...	84
Figura 40 – Conflito entre vegetação e mobiliários urbanos no centro histórico de Laranjeiras/SE.....	84
Figura 41 – Densidade verde no entorno do centro histórico tombado de Laranjeiras/SE.....	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Elementos que compõem a metodologia Morfologia Urbana.....	17
Quadro 2 – Meios que geram reações emocionais pelo método Análise Visual.....	17
Quadro 3 – Qualidades e Elementos Urbanos do método Percepção do meio ambiente.....	18
Quadro 4 – Tipos de investigação no método Comportamento Ambiental.....	19
Quadro 5 – Síntese das espécies vegetais já identificadas no centro histórico de Laranjeiras/SE.....	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. PAISAGEM URBANA E COBERTURA VEGETAL	15
1.1. MÉTODOS DE ANÁLISE DA PAISAGEM.....	17
1.2. DINÂMICA DA RELAÇÃO ENTRE VEGETAÇÃO E DESENHO URBANO AO LONGO DOS SÉCULOS.....	20
1.3. OS ESPAÇOS VERDES EM CIDADES HISTÓRICAS.....	27
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DE LARANJEIRAS/SE..	31
2.1. O CENTRO HISTÓRICO TOMBADO.....	31
2.2. A VEGETAÇÃO NO CENTRO HISTÓRICO TOMBADO.....	41
2.3. LEGISLAÇÕES EM TORNO DO MANEJO DA VEGETAÇÃO E ELEMENTOS RELACIONADOS NO CENTRO HISTÓRICO TOMBADO.....	48
3. ÁREAS COM ATUAL POTENCIAL DE ESVERDEAMENTO NO CENTRO HISTÓRICO TOMBADO DE LARANJEIRAS/SE	51
3.1. MAPEAMENTO DOS ESPAÇOS VERDES EXISTENTES.....	51
3.1.1. Espaços verdes públicos.....	54
3.1.2. Espaços verdes privados.....	62
3.2. ESPÉCIES VEGETAIS IDENTIFICADAS.....	64
4. CONDICIONANTES PARA O INCREMENTO DE VEGETAÇÃO PARA O CENTRO HISTÓRICO TOMBADO DE LARANJEIRAS/SE	69
4.1. BENEFÍCIOS DO ESVERDEAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO TOMBADO	70
4.2. DIRETRIZES PROJETUAIS.....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90

INTRODUÇÃO

A presença de vegetação nas cidades não possui somente o valor de compor a paisagem, uma vez que contribui também para o aumento da umidade, a atenuação do microclima, a permeabilização do solo para drenagem da água, a preservação ambiental, entre outros fatores (Gengo; Henkes, 2013 apud Rocha, 2018). Contudo, com o desenvolvimento citadino acelerado, houve a gradual substituição dos espaços verdes por edificações e vias pavimentadas (Silva, 2018), o que estimulou a visão de oposição entre os centros urbanos e a presença de espaços livres ajardinados na paisagem citadina.

Historicamente na Europa, os séculos XVI e XVII foram marcados pelas correntes de pensamento renascentistas e, sob essa ótica, a vegetação nas cidades era restrita a espaços controlados, opondo-se à “desorganização” do verde em seus remanescentes naturais. Apenas entre os séculos XVIII e XIX, com a intensificação da Revolução Industrial, que os espaços verdes passam a ocupar um lugar mais sólido no desenho das cidades, diante da difusão do higienismo, como meio de conter os conflitos e epidemias urbanas que surgiram com a intensificação da expansão citadina (Cardim, 2022).

Já a partir das primeiras viagens transoceânicas, as influências européias, principalmente, chegaram ao Brasil e, a partir do século XVI, passaram a interferir na dinâmica de ocupação no país com a sua flora, com extensão e diversidade de espécies totalmente desconhecidas — e até temidas — pelos exploradores. Assim, até o século XVIII no país, a vegetação não possuía um vínculo forte com o desenho das cidades e, nos espaços verdes tidos, era clara a predominância de espécies exóticas ante as nativas (Cardim, 2022). Silva (2018) aponta que o panorama passa a ter mudanças, ainda que diminutas, apenas ao fim do século XIX, já que a vegetação passa a compor o planejamento urbano, atrelada principalmente à República.

No íterim abordado, insere-se a cidade de Laranjeiras, em Sergipe, mais expressivamente desenvolvida entre os séculos XVIII e XIX (Bonduki, 2010), tendo seu centro histórico tombado pelo IPHAN entre 1995 e 1996 — uma vez que conserva, até hoje, a conformação colonial de sua urbe (IPHAN, 2014). Ainda que o recorte temporal da consolidação do traçado urbano laranjeirense seja anterior ao vínculo entre vegetação e planejamento urbano, como citado, a densidade vegetal nativa (fortemente presente nos arredores da malha urbana) junto ao desenvolvimento do município tido ao longo do rio

Cotinguiba (frente à sua função portuária), atesta o vínculo cotidiano existente entre os elementos naturais e artificiais para a composição da paisagem urbana da cidade.

Destarte, diante do tombamento do núcleo citadino histórico de Laranjeiras, compreende-se que, para a preservação dos espaços protegidos, é necessário respeitar uma série de diretrizes e critérios que englobam conjuntos de elementos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos (inclusive o manejo da vegetação), particulares à localidade. Desse modo, levantou-se a questão de como compatibilizar as características das espécies vegetais nos espaços urbanos com o entendimento das demandas específicas para a preservação do patrimônio, fomentando, então, a proposição de diretrizes para o incremento da vegetação no centro histórico tombado de Laranjeiras, em Sergipe.

Assim, diante da intenção de pesquisar sobre o potencial de aplicação da vegetação no patrimônio histórico, a poligonal de tombamento de Laranjeiras foi escolhida como objeto de estudo devido a materiais relevantes já produzidos anteriormente com recorte temático semelhante, a exemplo da dissertação de mestrado de Lícia Cotrim (2011), assim como a facilidade de contato presencial para o levantamento de dados *in loco* e nos órgãos públicos do município. Ademais, apesar da cidade atualmente possuir uma portaria própria que define diretrizes e critérios sobre a preservação do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico no núcleo citadino tombado e seu entorno — portaria nº 15 (Laranjeiras, 2019) —, ainda não há definição de um plano de manejo das espécies vegetais específico e nem o levantamento do inventário botânico específico para este espaço resguardado.

Ainda, a partir da visita a Secretaria Municipal de Planejamento de Laranjeiras, ocorrida em dezembro de 2023, foi possível ter acesso ao registro de obras nos espaços públicos inseridos no sítio tombado do município, disponíveis no acervo virtual de processos do IPHAN (SEI), em que há indicações como retirada, plantio e substituição da vegetação nos projetos desenvolvidos — a exemplo do que ocorre no projeto da Praça Bom Jesus, no entorno do Conjunto Arquitetônico tombado (IPHAN, 2023). Ademais, a partir da observação da dinâmica entre vegetação e os espaços do centro histórico tombado da cidade, foi possível aferir que as transformações urbanas ocorrem em diversos períodos da história do centro histórico, conferindo-lhe uma dinamicidade em relação a sua paisagem.

Diante do exposto, é constatada a demanda em intervir no esverdeamento dos espaços públicos urbanos do centro histórico tombado da cidade, sendo necessário que os projetos

sejam precedidos de orientações e planejamento específicos, a fim de evitar conflitos entre as construções e as demandas e características inerentes às espécies vegetais desse espaço, seguindo as definições de Recomendações e de Cartas que redigem acerca dos interesses de sítios históricos e seus jardins (como a Recomendação de Paris, de 1962; a Recomendação de Nairobi, de 1976; a Carta de Florença, de 1981; a Carta de Washington, de 1976 e a Carta de Juiz de Fora, de 2010).

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo levantar as possibilidades de incremento de vegetação no centro histórico tombado de Laranjeiras (Sergipe), através da delimitação dos seguintes objetivos específicos: pesquisar de que modo a vegetação se relaciona com a paisagem da cidade, a partir de uma perspectiva cronológica, buscando percorrer o entendimento das particularidades atreladas aos espaços verdes de cidades históricas; contextualizar a cidade de Laranjeiras e seu centro histórico tombado, com enfoque no tratamento de seus elementos paisagísticos; mapear os espaços verdes relacionados ao centro histórico tombado laranjeirense passíveis de serem vegetados, identificando, também, espécies vegetais predominantes nesses espaços elencados; definir diretrizes projetuais para o esverdeamento do centro histórico tombado da cidade; e, por fim, selecionar espaços verdes estratégicos inseridos no mapeamento para demonstrar a aplicação conceitual das diretrizes traçadas, a nível de exemplificação.

Para tanto, a fim de alcançar o pleno desenvolvimento dos objetivos traçados, foi aplicada como metodologia uma revisão bibliográfica acerca da contextualização da vegetação aplicada a centros históricos, com enfoque no centro histórico tombado de Laranjeiras (Sergipe), bem como de referenciais teóricos envolvidos do tema, a partir de consulta a matérias de jornais, livros, artigos, teses, dissertações e demais escritas acadêmicas, disponíveis nos repositórios online das universidades, bibliotecas virtuais e nos acervos do IPHAN e do Programa Monumenta. Junto a isso, o levantamento de normas, portarias e demais documentos oficiais sobre as intervenções no centro histórico tombado de Laranjeiras, com foco sobre o manejo da vegetação urbana, em órgãos públicos, como a Prefeitura Municipal e as Secretarias Municipais de Obras e de Planejamento de Laranjeiras, e a sede do IPHAN em Aracaju (Sergipe).

Também foi realizada a coleta de informações em campo a partir de visitas ao sítio histórico tombado de Laranjeiras, navegação virtual por satélite (Google Earth e Google Maps), registros fotográficos e escritos do objeto de estudo, e consultas ao acervo do aplicativo para

Android “PlantNet” sobre as espécies vegetais encontradas, a fim de mapear os espaços livres da poligonal de tombamento e produzir o inventário de espécies vegetais do perímetro em estudo. Complementarmente, houve a produção de mapas e representações gráficas esquemáticas a partir dos softwares AutoCad, Adobe Illustrator e do aplicativo Canva, cruzando as informações levantadas.

Diante dos parâmetros apresentados, o trabalho de TCC foi estruturado ao longo de 4 capítulos, sendo, no primeiro capítulo, a abordagem da contextualização geral da temática, dividida em três eixos principais: a compreensão de técnicas de análise da paisagem, a investigação da relação entre espaços verdes e cidades ao longo dos séculos e o entendimento do vínculo entre vegetação e cidades históricas. Com o repertório macro explorado, o segundo capítulo apresenta um recorte da contextualização para dar luz ao objeto de estudo (o centro histórico de Laranjeiras/SE), de modo a contemplar informações a respeito do desenvolvimento da cidade, com enfoque em seu núcleo tombado e sua relação com a cobertura vegetal até os dias atuais.

Assim, diante do domínio das circunstâncias da formação do centro laranjeirense, já no terceiro capítulo, foi possível diagnosticar os pontos fortes e os vulneráveis quanto aos espaços esverdeados e seus indivíduos vegetais tidos atualmente na cidade, entrelaçando a compreensão com o uso cotidianos dos espaços públicos, principalmente, e privados. Com as lacunas indicadas, sob a ótica das possibilidades de esverdeamento do centro histórico tombado da cidade de Laranjeiras, foi possível delimitar, já no último capítulo do trabalho, diretrizes projetuais que exploram o potencial de incremento das espécies vegetais em consonância aos critérios de preservação do patrimônio protegido, de modo a chamar atenção para a importância de se ter um olhar acurado sobre o ajardinamento desse espaço.

1. A PAISAGEM URBANA E SUA COBERTURA VEGETAL

Caracterizado por ser um país tropical e ter uma grande extensão territorial, o Brasil é detentor de uma riqueza vegetal, sendo um verdadeiro mostroário da natureza (Ab’Sáber, 2007). Em confluência a essa ótica, Wilma Silva (2018) defende que a lógica do desenvolvimento das cidades brasileiras deveria seguir um planejamento ambiental que dialogasse, sadiamente, os espaços verdes remanescentes com os centros urbanos¹. Contudo, a expansão citadina representou um movimento contrário, em que a autora aponta que “o despreparo de uma ótica urbana conciliada à natureza na gestão pública ou desinteresse a respeito tem causado um forte retrocesso nesse âmbito [do planejamento ambiental]” (p. 19).

Deste modo, o debate sobre arborização, sustentabilidade ambiental e temáticas afins, inserido no planejamento das cidades, faz parte de correntes de pensamento recentes e que buscam meios de conciliar estratégias de manejo dos espaços verdes e sua vegetação com os núcleos urbanos já consolidados, objetivando a melhoria da qualidade de vida citadina e redução dos conflitos ambientais (Silva, 2018). Para cidades históricas, entretanto, essas estratégias necessitam de um olhar ainda mais apurado diante da noção de preservação de seu patrimônio histórico, cultural, paisagístico e ambiental.

Assim, a fim de compreender a atual relação dos espaços verdes com as cidades brasileiras, é necessário realizar, de antemão, uma retomada cronológica dos principais marcos históricos ocorridos na Europa — e demais continentes do mundo — e quais impactos na dinâmica urbana com a vegetação foram culminados em resposta. Só então será possível entender de que modo essas influências interferem na dinâmica do Brasil a cada século, desde a chegada dos portugueses até a contemporaneidade — paralelo esse explicado por Cardim (2022). Nesse processo, então, é preciso tomar conhecimento de técnicas de análise do desenho urbano, através de metodologias que possibilitem a investigação da lógica das transformações urbanas, uma vez que “é apenas através de tão profundas investigações que estratégias racionais de ocupação territorial podem ser propostas de uma maneira lógica” (Del Rio, 1995, p. 7).

¹ Silva (2018) ressalta que o conceito de “urbano” abrange um contexto amplo, a nível de cidade/município, ou seja, incorporando tanto as áreas urbanas quanto rurais em diferentes dimensões geográficas.

1.1. MÉTODOS DE ANÁLISE DA PAISAGEM

Dentro do processo de desenvolvimento de pesquisas acerca dos elementos que integram o traçado urbano, o autor Vicente del Rio (1995) explica quatro propostas metodológicas de análise da paisagem, sendo: morfologia urbana, análise visual, percepção do meio ambiente e comportamento ambiental. Nesse âmbito, o aprofundamento em cada uma delas revela técnicas que contribuem para a investigação acerca da relação entre vegetação e cidades ao longo dos séculos, norteando, por consequência, a conceituação do que é a paisagem. Assim, a fim de dominar algumas dessas estratégias, é necessário, a priori, caracterizar brevemente cada metodologia apresentada para, a posteriori, definir quais de seus mecanismos mais favorecem a estruturação da temática exposta.

Utilizado pela primeira vez na Itália, o método Morfologia Urbana surge, em suma, como forma de questionar o posicionamento dos modernistas quanto à preservação histórica das cidades. Nele, são explorados o desenvolvimento, os processos sociais e as interrelações da malha urbana e de seus elementos construídos, compreendendo a evolução do tecido urbano ao longo do tempo. Uma figura de destaque para essa metodologia foi o arquiteto italiano Aldo Rossi, o qual defendia que “a recuperação da dimensão arquitetônica das cidades [...] deve passar pela valorização dos monumentos, entendidos como elementos urbanos mais visíveis e constantes no tempo” (Del Rio, 1995, p. 71).

Nesse sentido, há uma tentativa em detectar e restaurar a “permanência”, ou seja, o “inconsciente coletivo expresso em sua arquitetura urbana” (Del Rio, 1995, p. 71). Como uma de suas técnicas, há a análise de mapas com precisão científica como meio de perceber as dinâmicas entre as propriedades públicas, semipúblicas e privadas, bem como a compreensão morfológica dos cheios e vazios, percursos e distâncias, acessibilidade, entre outros elementos que configuram a urbe. Complementarmente, insere-se, também, a investigação sobre o desenvolvimento histórico citadino, em que, “para Sitte, a cidade devia ser projetada de acordo a princípios artísticos e isto incluía uma visão arquitetônica do conjunto e o respeito pelo passado” (Sitte, 1889 apud Del Rio, 1995, p. 76).

Esse “contextualismo”, portanto, apresenta indícios quanto à transformação de uma determinada localidade através das mudanças (ou consolidações) do seu entorno e seu cenário cultural, de modo a revelar desdobramentos a nível coletivo, comunitário e individual na cidade. Assim, resumidamente, o autor Del Rio (1995) apresenta quatro elementos principais que

descrevem a Morfologia Urbana: o crescimento; o traçado e parcelamento; as tipologias dos elementos urbanos; e as articulações.

Quadro 1 – Elementos que compõem a metodologia Morfologia Urbana

ELEMENTO	DEFINIÇÃO
Crescimento	Os modos, as intensidades e direções
Traçado e parcelamento	Ordenadores do espaço, estrutura fundiária, relações, distâncias, circulação e acessibilidade
Tipologias dos elementos urbanos	Inventário e categorização de tipologias edilícias, de lotes, quarteirões e suas ocupações, de praças, esquinas
Articulações	Relações entre elementos, hierarquias, domínios do público e privado, densidades, cheios e vazios

Fonte: Del Rio, 1995, p. 83.

Destarte, faz-se importante destacar a teoria *townscape*, ou métodos de análise de paisagem urbana, a qual representou um marco, em meados da década de 50, quanto a valorização da análise da paisagem urbana para o desenvolvimento de projetos, principalmente nas áreas citadinas de grande relevância histórica. Essa teoria fundamenta a metodologia Análise Visual, de modo a compreender não o edifício por si só, mas sim inserido dentro de um conjunto de outras edificações, dando destaque à experiência visual dessa percepção. Portanto, possui forte caráter subjetivo e artístico diante da observação da paisagem urbana, gerando reações emocionais através da ótica, do lugar e do conteúdo (Del Rio, 1995).

Quadro 2 – Meios que geram reações emocionais pelo método Análise Visual

MEIO	DEFINIÇÃO
Ótica	Experiências meramente visuais e estéticas dos percursos, conjuntos, espaços, edificações, detalhes
Lugar	Posição do indivíduo em relação a um conjunto de elementos que conformam seu ambiente mais imediato
Conteúdo	Conjuntos de significados percebidos durante experiências dos espaços através da cor, escala, textura, estilo, caráter e unidade

Fonte: Del Rio, 1995, p. 87 e 88.

Ademais, ainda na mesma metodologia, também é englobada a abordagem “gestalt”, a qual aprofunda a explicação sobre a interpretação visual no campo psicológico ao apresentar a “lei da continuidade”, que aponta a propensão do indivíduo em ordenar intuitivamente uma imagem, conferindo-lhe um seguimento redundante de informações — o que justifica análise inconsciente de um conjunto de elementos urbanos relacionados na paisagem, por exemplo. Assim sendo, o autor reforça a característica subjetiva predominante no método, uma vez que “depende basicamente da capacidade de observação e interpretação do pesquisador, conseqüentemente permeada por seus próprios sistemas de valores” (Del Rio, 1995, p. 91).

Já o método Percepção do meio ambiente também recebe influências da Gestalt, mas com a atenção voltada a percepção do indivíduo ao seu entorno citadino através das qualidades (como a legibilidade, imageabilidade, identidade e significado) e dos elementos urbanos (percursos, limites, nós, marcos e setores). O primeiro grupo, qualidades urbanas, corresponde a aspectos do tecido urbano, sensorial e cultural, que produzem significados quanto ao modo em que determinado espaço é compreendido por seus usuários, através dos elementos urbanos que o constituem. Já o segundo, elementos urbanos, são elementos visuais que integram e constroem a malha urbana (Del Rio, 1995).

Quadro 3 – Qualidades e Elementos Urbanos do método Percepção do meio ambiente

QUALIDADES URBANAS	ELEMENTOS URBANOS
<u>Legibilidade</u> : facilidade com que as partes podem ser reconhecidas e organizadas em um padrão coerente	<u>Percursos</u> : canais ao longo dos quais o observador normalmente se movimenta
<u>Identidade, estrutura e significado</u> : identificação e diferenciação de uma área, a coerência do todo e relações internas definidas (seja prático ou emocional)	<u>Setores</u> : normalmente possuem "limites" precisos e são interligados por "percursos"
	<u>Limites</u> : elementos lineares não utilizados como percursos e que geralmente demarcam o limite de uma área
<u>Imageabilidade</u> : capacidade de uma imagem se impor na percepção e na memória do observador	<u>Nós</u> : locais de concentração de atividade ou convergência física do tecido urbano
	<u>Marcos</u> : referencial externo que se destaca na paisagem

Fonte: Del Rio, 1995, p. 93 e 94.

Por fim, há o método Comportamento Ambiental em que o estudo se baseia na análise comportamental do usuário de determinada localidade e sua territorialidade, a partir da

compreensão da psicologia social: “portanto, estudar o comportamento ambiental conforma a investigação sistemática das inter-relações entre o ambiente e o comportamento humano e suas implicações para o projeto” (Moore, 1979; Lang, 1987 apud Del Rio, 1995, p. 99). Com isso, a metodologia abrange que os projetos arquitetônicos e urbanísticos devam levar em consideração três níveis de satisfação do indivíduo que usufrui de determinado espaço, sendo eles o nível visual, o funcional e o comportamental. O autor complementa: “Neste sentido, nunca é demais frisar a importância dos estudos de comportamento para o Desenho Urbano pois, sem usuários, o espaço público é de pouco significado e importância” (Del Rio, 1995, p. 99).

Logo, diante da adoção desse método para um determinado estudo de caso, é necessário entender a dinâmica de interação dos usuários do espaço no ambiente, identificando comportamentos previsíveis ou padronizados; decoros sociais; e características físicas particulares; características temporais. Com as informações, é possível deferir elementos no ambiente que induzem os indivíduos a agirem de determinado modo, em repetição. Essas observações podem ser levantadas através de uma estratégia de visualização sistemática, entrevistas e questionários para com os moradores, desenvolvimento de mapas, esquematização gráfica dos principais usos, inseridas em uma classificação de quatro tipos de investigação possíveis: sequências comportamentais, palcos de ação, atividades específicas e territórios (Del Rio, 1995).

Quadro 4 – Tipos de investigação no método Comportamento Ambiental

TIPO DE INVESTIGAÇÃO	DEFINIÇÃO
Sequências comportamentais	Série de comportamentos pelo mesmo usuário ou grupo de usuários durante um determinado percurso ou evento
Palcos de ação	Contexto em que se dá o comportamento, e "ambientes comportamentais", condições físico-espaciais específicas do comportamento
Atividades específicas	Investigação de onde/como ocorrem usos ou ações específicas, em percursos ou num espaço determinado
Territórios	Distâncias e espaços delimitados como espaços de "defesa" ou com sua privacidade controlada por um indivíduo ou um grupo, e os usos envolvidos neles

Fonte: Del Rio, 1995, p. 105.

Após a consolidação da compreensão das metodologias apresentadas, e entendendo a

temática do trabalho explorada, foi possível assinalar estratégias de pesquisa que favorecem a construção de corpo de informações coletadas, a exemplo da compreensão das transformações do tecido urbano ao longo do tempo, defendida pelo método Morfologia Urbana; observação visual em favorecimento do conjunto de elementos que compõem a paisagem da cidade, a partir do conhecimento do método Análise Visual; compreensão da identidade de um determinado espaço, de modo a identificar elementos que os caracterize e tornem particular, através da Percepção do meio ambiente; e observação do padrão comportamental dos usuários de um determinado local, de modo a identificar quais elementos os induzem a seguir padrões específicos, assim como explicado pelo Comportamento Ambiental.

1.2. DINÂMICA DA RELAÇÃO ENTRE VEGETAÇÃO E DESENHO URBANO AO LONGO DOS SÉCULOS

Ricardo Cardim (2022) separa a temporalidade da relação entre vegetação e desenho urbano no Brasil em cidades verdes de primeira e de segunda geração, em que a primeira abrange os séculos XVI à primeira metade do XIX e, a segunda, da segunda metade do século XIX até os dias atuais. Destarte, *pari passu* ao entendimento da realidade brasileira, é importante compreender as influências dos demais países do mundo (especialmente da Europa), que foram importadas ao longo da ocupação dos colonizadores.

Figura 1 – Linha temporal síntese dos principais marcos em torno da relação entre vegetação e desenho urbano



Fonte: Adaptado de Cardim (2022). Esquema desenvolvido pela autora, 2024.

No século XVI, a Europa percorria as correntes de pensamento renascentistas e, com o

desenvolvimento tecnológico, sua paisagem já indicava um distanciamento entre a sociedade e os remanescentes naturais. Assim, as cidades se expandiram com os espaços verdes sendo bastante racionais, restritos aos grandes jardins ornamentais da aristocracia (simbolizando o poder político e das cortes) e aos claustros religiosos (utilizando apenas espécies ornamentais e utilitárias, de modo a remeter ao paraíso).

Já no Brasil, a cobertura vegetal nativa predominava e, junto com a fauna diversificada, servia como meio de subsistência para os povos pré-colombianos. Contudo, com a chegada dos portugueses, logo na primeira metade do século XVI, a paisagem brasileira passa a sofrer grandes modificações devido à exploração e degradação da Mata Atlântica, desde a extração do pau-brasil (*Paubrasilia echinata*) até a subtração de grandes extensões vegetais para o plantio de cana-de-açúcar (Cardim, 2022). Ainda, foi implantada a lógica europeia dos jardins restritos a espaços privativos, com função primordialmente utilitária, a exemplo das “cercas”, lugar onde espécies exóticas eram utilizadas junto com as nativas, num espaço envolto de grades ou muros (Magalhães, 2015).

Outra reflexão, explicada por Cardim (2022), pondera que a ausência de espaços verdes, durante o início da ocupação portuguesa no país, também resulta do desconhecimento a respeito da vastidão da fauna e flora selvagens, bem diferente do encontrado no cenário europeu, o que instaurou um ambiente de medo e a necessidade em conter essa “mata” em lugares cercados e controlados. Já Magalhães (2015), numa visão complementar, sugere que essa ausência ocorreu devido à exuberância natural das florestas e suas grandes extensões, restando qualquer necessidade de se construir ajardinamentos nas cidades.

Apenas a partir do século XVII que esse panorama começa a dar indícios de estar se modificando, mais especificamente entre os anos 1624 a 1654, com a invasão holandesa a Pernambuco: o holandês Maurício de Nassau recebe destaque por ter edificado a Cidade Maurícia (Recife) e, nela, construído o Palácio de Friburgo, o qual teve jardim projetado sob as óticas renascentistas italiana e francesa, contando “[...]com elementos dos jardins medievais e o cultivo de pomares, hortas e plantas medicinais e aromáticas, com a inovação do uso, inclusive ornamental, de espécies coletadas na vegetação nativa” (Cardim, 2022, p.18).

Destarte, em Portugal, os passeios públicos, as praças ajardinadas, os jardins botânicos e as alamedas começam a ganhar força principalmente ao longo do século XVIII. Nessa linha, a coroa portuguesa traz para o Brasil, ao final desse período, tímidas iniciativas sobre os jardins projetados e a vegetação aplicada nos espaços públicos. Assim, como jardins botânicos

elaborados, houve, por exemplo, os de Belém, Ouro Preto, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e Olinda (ainda que nem todos tenham sido executados); já como ajardinamento público, destaca-se o Passeio Público do Rio de Janeiro (1779-1783), um espaço verde de desenho clássico simétrico e aberto para a comunidade, que contava com a presença predominante de espécies exóticas ante às nativas (Terra, 1983; Cardim, 2022).

Magalhães (2015) aponta que entre os marcos de Nassau, a consolidação do Passeio Público do Rio de Janeiro e os ajardinamentos difundidos durante o final do século XVIII até o início do XIX, há pouca documentação sobre outros jardins projetados para a fruição, principalmente nos espaços públicos, que foram desenvolvidos nesse ínterim, o que atesta a ausência de estudos a respeito desse período. Diante do contexto, conseqüentemente, o vínculo entre os habitantes e os espaços verdes públicos não foi estimulado ao longo do tempo, então ocupar esses locais gerava um certo estranhamento — nesse sentido, por exemplo, o Passeio Público permaneceu em desuso até a primeira metade do século seguinte ao que foi concebido (Cardim, 2022).

Então, dentre os registros existentes, é possível verificar que os jardins dos séculos XVI ao XVIII, no país, mantiveram-se fiéis às características utilitárias, tidos, principalmente, nas casas ou nos espaços religiosos, e contidos por muros ou grades; ademais, quanto ao mobiliário adotado para esses locais, como bancos, fontes e chafarizes, era feito, em sua maioria, de pedra — seja granito, lioz, pedra sabão, calcária ou mármore, por exemplo (Magalhães, 2015). Em relação aos logradouros públicos, especificamente, Cardim (2022) descreve que: “A arborização urbana era aceita quando em disposição geométrica, artificial, que não remetesse à espontaneidade da natureza nativa e, preferencialmente, com árvores exóticas, deixando nítida a sua diferença estética daquelas que ocorriam nas matas” (p.27).

Já ao longo do século XIX, houveram acontecimentos que impactaram, mais notoriamente, o campo da relação da vegetação com a cidade, especialmente nos espaços públicos, a partir da chegada da corte real portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808 (Magalhães, 2015). Seguindo a cronologia, Cardim (2022) registra que, em 1809, algumas espécies de plantas exóticas são trazidas para o país numa embarcação francesa, no intento de serem implantadas no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Dentre os exemplares, destaca-se a *Roystonea oleracea*, popularmente denominada como palmeira-imperial, proveniente da Ásia.

A aléia das palmeiras foi plantada no Jardim Botânico em 1842, sendo, então, vinculada ao status de nobreza e difundida por todo o país — noção que persiste até os dias atuais. Sobre

isso, o autor destaca que se tratou de um momento de virada de chave: “Tal momento histórico é importante para a compreensão de dois fatores: um começo da maior valorização do jardim e de uma espécie exótica como símbolo de ornamentação, a despeito da enorme exuberância de palmeiras nativas” (p. 26). Em sequência, Terra (1983) descreve que, para a metade do século XIX, a referência de espaços ajardinados que chega ao país é a do modelo inglês, com árvores frondosas, alamedas, sendo tratadas mais organicamente. O autor completa:

Os fatos expostos até o momento finalizam o período das “cidades verdes de primeira geração”, explicado por Ricardo Cardim (2022), o qual reforça sua descrição: “O jardim estava restrito ao espaço privado das residências, normalmente um híbrido entre espécies exóticas e nativas, com predomínio das primeiras, e o paisagismo formal constituía algo raro” (p. 27). Desse modo, deu-se início da transição para o que o autor chama de “cidades verdes de segunda geração”, movimento este que ocorreu sutil e desuniformemente pelo Brasil, sendo percebida uma maior velocidade do processo nas cidades portuárias e naquelas enriquecidas no ciclo do café, por serem mais suscetíveis à influência, em especial, da Europa.

O contexto ao qual se segue é da difusão do ideário higienista, que defendia uma série de condutas em prol da melhoria da salubridade das cidades, algo que surge em resposta à intensificação da Revolução Industrial neste século, em países europeus. Os centros urbanos, mesmo sem ter uma infraestrutura adequada e nem moradias o suficiente, começaram a receber um volume populacional expressivo, o que ocasionou a proliferação de enfermidades. Nesse viés, a partir de meados de 1870, Cardim (2022) evidencia que “a arborização das cidades ganha propósitos mais nítidos e objetivos predefinidos” (p.29), uma vez que os espaços verdes passam a ser vistos como uma questão de saúde pública, ao ajudar a controlar a dispersão de doenças por filtrar o ar e atenuar a umidade do solo.

Um exemplo marcante da influência desse ideário foi a reforma urbanística de Paris de Haussmann, cidade esta que passou a ter intensas mudanças modernas frente a sua antiga aparência medieval — como a demolição de construções aglutinadas e mal arejadas, a melhoria nos sistemas de esgoto e de água, a abertura de novas vias públicas e o planejamento de uma intensa arborização urbana em *boulevards*, parques e demais espaços verdes. Nesse sentido, no Brasil, a linha de pensamento francesa foi refletida em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, frente ao caos e às enfermidades disseminados diante de um traçado urbano inadequado, passando, assim, por transformações urbanísticas, especialmente atreladas ao incremento da vegetação. Na cidade do Rio, a título de exemplificação, houveram as intervenções do paisagista

Auguste Glaziou, como a readequação do Passeio Público (1860-62) e a implantação de jardins projetados para a Quinta de São Cristóvão (1869) e o Campo de Santana (1880) (Cardim, 2022).

Ainda que o período marque uma maior intensidade com a preocupação em relacionar a vegetação com o traçado urbano, aos brasileiros ainda persistia a aversão aos remanescentes vegetais nativos. Desse modo, ao passo que a arborização das vias públicas ganhava força, tornou-se cada vez mais comum a preferência a indivíduos arbóreos exóticos ante aos nativos, uma noção que acometia ao Brasil como um todo. Ademais, dentre as famílias da elite brasileira, é difundido o gosto pelo verde diante da influência europeia, em que há uma transição entre a aplicação da vegetação no quintal das casas para a predileção do plantio no recuo frontal delas. A conjuntura exposta é explicada por Cardim (2022), o qual completa: “Os jardins da época se tornam como um ‘cartão de visitas’ do proprietário, um símbolo de status que permite sua qualificação como pessoa esclarecida e conhecedora do bom gosto e das tendências na Europa, um membro do ‘clube da civilização’” (p.31). Nesses jardins privativos, igualmente, persistia a preferência a espécies estrangeiras.

O cenário caminha para o século XX, em que Silva (2018) aponta que há um desenvolvimento mais notório da arborização urbana nos núcleos citadinos brasileiros, especialmente naqueles com base econômica no café, aplicada em parques, praças e jardins. Contudo, Cardim (2022) aponta que o ano de 1930 foi um marco para o processo de modernização do país, uma vez que lidou com o pós-crise de 1929, a ruptura do domínio agrícola e a intensificação da industrialização, eventos que propiciaram um maior fluxo de migração das zonas rurais para as urbanas. Nesse sentido, a paisagem das cidades passa a receber cada vez mais construções e abertura de vias para o tráfego de automóveis, e, concomitantemente, a moda do verde urbano acaba progressivamente perdendo sua força e a poluição ganha espaço — noção ainda mais estimulada com os impactos da Segunda Guerra Mundial.

Ademais, é nesse período que “paisagismo” adentra o vocabulário brasileiro, como explica Magalhães (2015), sendo traduzido do francês *paysagisme*. Assim, sob a ótica da Semana Moderna (1922) e da arquitetura modernista do Brasil, esse paisagismo brasileiro passa a receber movimentos em prol da valorização de um jardim tropical nativo ante ao jardim europeu fortemente difundido. Sobre a questão, Cardim (2022) aponta que essa teoria passou por distorções ao ser aplicada à prática, já que os espaços ajardinados do momento passaram, sim, a ter plantas tropicais, porém estrangeiras — de tal modo, continuaram escassos de indivíduos vegetais brasileiros. Ainda assim, mesmo que em pequena escala, alguns paisagistas resistiam em

pensar na vegetação originária do país para os projetos de ajardinamento, a exemplo de Roberto Burle Marx.

Ainda segundo o mesmo autor, outra mudança ocorrida nessa época, para as grandes metrópoles, foi o sumiço dos ajardinamentos domiciliares, derivados dos quintais coloniais utilitários, para dar lugar ao “jardim impessoal” de condomínio, voltado unicamente para fins lucrativos e decorativos, o qual, por sua vez, gradativamente passa a perder espaço para piscinas, playgrounds e churrasqueiras. É importante registrar, porém, que movimentos em prol da questão ambientalista urbana também começam a ganhar, aos poucos, espaço nos meios de comunicação, principalmente a partir de 1980 — ainda que as problemáticas citadinas provenientes da ausência do verde só aumentem.

A urbanização intensa gerou questões como as ilhas de calor, refletindo em alterações ambientais e até climáticas, como nos regimes de chuva. Outras questões se agravaram, como o desmatamento de áreas naturais, a poluição da água, do solo e do ar, as enchentes, a destinação de resíduos, a invasão biológica, a escassez de água para abastecimento, entre muitos (Cardim, 2022, p. 45).

Assim, nesse âmbito, a contínua expansão da cidade avançou mesmo sobre áreas de remanescentes naturais, num processo acelerado para receber cada vez mais pessoas, o que resultou num aumento drástico de veículos e a necessidade de abertura de novas vias. Devido à valorização do uso do solo, as casas foram construídas coladas umas às outras em ruas estreitas, as quais não davam espaço para uma possível arborização urbana. Cardim (2022) complementa: “Situações prejudiciais como calçadas áridas, parques e praças impermeabilizados e sem árvores, ocupação e destruição de encostas florestadas e margens de mananciais permanecem comuns e ameaçam a vida urbana” (p.49). Ao que foi apresentado, os moradores de todas as cidades brasileiras, ainda que em maior ou menor intensidade, foram culturalmente afastados de uma consciência ambiental, com os impactos trazidos para o século XIX.

Diante dos tantos predicados atribuídos à implementação da arborização no espaço urbano, haja vista sua fundamental qualidade de vida proporcionada à população, de acordo com Silva (2013) muitas prefeituras, conscientes disso passaram a procurar meios de conciliar o desenvolvimento e a expansão das cidades com a preservação de seu patrimônio histórico, paisagístico e ambiental, o que inclui todas as áreas verdes, como parques urbanos, praças, jardins públicos e privados (Silva, 2018, p.18).

Assim, na contemporaneidade, os espaços verdes são associados estritamente a decoração externa, com as pautas ambientais e utilitárias, apresentando padrões insalubres no

paisagismo do Brasil, como: a desvalorização da paisagem evolutiva natural (Cardim, 2022, p.67); a restrição aos principais indivíduos vegetais do mercado mundial, ou seja, exóticos (p. 68); o predomínio de palmeiras e plantas semelhantes (p. 69); a falta de áreas sombreadas e permeáveis (p. 71 e 72); a realização de podas inadequadas que expõe as espécies vegetais a insetos xilófagos e demais doenças, além de reduzir a extensão de regiões com sombra (p.77); entre outros.

Desse modo, é necessário vincular o paisagismo à sustentabilidade, em que o Relatório Bundtland de 1987 define que seja “o desenvolvimento que supre as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades” (apud Cardim, 2022, p. 103). Ademais, para as cidades em que seu traçado urbano conserva características de períodos anteriores à contemporaneidade — a exemplo de Ouro Preto (MG), Olinda (PE) e Laranjeiras (SE) —, há uma maior sensibilidade diante de intervenções em seu patrimônio, como uma possível proposição de incremento de vegetação no centro histórico. Assim, faz-se primordial compreender o contexto do objeto em foco, atrelado ao conhecimento sobre as normas e diretrizes de preservação do patrimônio, possibilitando, então, levantar alternativas viáveis e que contribuam para a manutenção física, cultural e social daquele espaço.

1.3. OS ESPAÇOS VERDES EM CIDADES HISTÓRICAS

Em consideração a teorias lefebvrianas, no que diz respeito ao direito à cidade, o direito à memória e a tríade desenvolvida entre o urbano, o cotidiano e o espaço, dentro do contexto do mundo moderno, enfatiza que a manutenção da historicidade nas cidades se faz primordial para o desenvolvimento do sentimento de identidade da população, mantendo uma memória coletiva que não prejudique as narrativas sociais locais — como através da preservação dos patrimônios históricos (Lefebvre, 2001). Por uma outra ótica, a fim de conservar a notoriedade das cidades históricas, os órgãos de preservação optam por estratégias que acabam transformando o ambiente em cenários imutáveis (museificados), o que pode afastar os usuários daquele espaço. Inevitavelmente, é gerada uma questão contemporânea sobre o equilíbrio entre a manutenção das raízes identitárias da população e as transformações inerentes a uma cidade em uso (Rezende, 2018).

Se podemos classificar a cidade como um artefato humano, como um bem tangível imóvel, é importante percebermos, no entanto, que se trata de um artefato *sui*

generis, de origem coletiva e em processo de constante transformação, que se dá por substituição das camadas.[...] Não se trata, portanto, de congelar a vida, ou de transformar as cidades em museus, mas em pensar na preservação e na melhoria de sua qualidade de vida, o que abrange tanto as áreas consideradas históricas quanto aquelas mais novas. É nesse sentido que nos parece fundamental o conceito contemporâneo de patrimônio ambiental urbano, matriz a partir da qual podemos pensar a preservação do patrimônio, sem cair nas limitações da visão tradicional (Castriota, 2009, p. 88-89).

As estratégias das entidades que almejam a preservação de edificações e centros históricos possuem como bases primárias uma série de Recomendações e Cartas, datadas da segunda metade do século XIX e disponibilizadas pelo IPHAN (2001) — Figura 2. Nesse sentido, é importante investigá-las uma a uma, de modo a aferir os passos que levaram ao atual entendimento do que se trata um sítio histórico e os elementos que o compõem, como os jardins, inseridos no panorama mundial até a realidade do Brasil.

Figura 2 – Linha temporal síntese com algumas Recomendações e Cartas que redigem sobre conceituação e preservação das cidades e jardins históricos



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2024.

Seguindo a ordem cronológica, a Recomendação de Paris (1962) define que tanto a preservação quanto a restituição das características (seja natural, seja artificial) das paisagens e espaços urbanos, rurais ou da natureza, mediante sua relevância estética, ambiental ou cultural, são lidas como meios de salvaguarda desses logradouros e suas paisagens. Posteriormente, a Recomendação de Nairobi (1976) já introduz a conceituação dos conjuntos tradicionais ou históricos, descrevendo a importância da manutenção da “ambiência” do sítio (Cotrim, 2011), ou seja:

Cada conjunto histórico ou tradicional e sua ambiência deveria ser considerado em sua globalidade, como um todo coerente, cujo equilíbrio e caráter específico dependem da síntese dos elementos que o compõem e que compreendem tanto as atividades humanas como as construções, a estrutura espacial e as zonas circundantes. Dessa maneira, todos os elementos válidos, incluídas as atividades humanas, desde as

mais modestas, têm em relação ao conjunto uma significação que é preciso respeitar (Meneguello, 2005).

Já a Carta de Florença, de 1981, elaborada pelo comitê Internacional de Jardins Históricos e ICOMOS/IFLA na cidade de Florença, representou um marco ao dar início a proteção dos jardins históricos, em que Magalhães (2015) explica que isso ocorreu devido a seu reconhecimento sobre a importância paisagística deste tipo de bem cultural — algo que, a partir dos anos 2000, ganha ainda mais força com o entendimento da paisagem cultural. A autora completa: “Nos últimos anos temos observado a restauração de jardins no país de acordo com os preceitos da Carta de Florença e entendimentos internacionais” (p 389). Assim, esta Carta traz definições acerca dos jardins históricos que os reconhecem como de interesse público, tendo como característica sua dinâmica cíclica:

Artigo 1º - Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público. Como tal é considerado monumento.

Artigo 2º - O jardim histórico é uma composição de arquitetura cujo material é principalmente vegetal, portanto, vivo e, como tal, perceptível e renovável.

Seu aspecto resulta, assim, de um perpétuo equilíbrio entre o movimento cíclico das estações, do desenvolvimento e do definhamento da natureza, e da vontade de arte e de artifício que tende a perenizar o seu estado (Carta de Florença, 1981).

Destarte, Cotrim (2011) aponta que, no ano de 1987, é redigida a Carta de Washington (ou Carta Internacional para Salvaguarda das Cidades Históricas), a qual complementa os preceitos iniciados com a Carta de Florença (1981), enaltecendo o valor da paisagem ao definir a noção de proteger, também, as relações cidadinas tanto com o seu entorno natural, quanto com o artificial. Contudo, a importância da paisagem apenas seria válida se esta atribuísse significado a um patrimônio de maior relevância. Alguns anos mais tarde, em 1992, a UNESCO adota “paisagem cultural” como categoria e esta ação passa a valorizar a paisagem com relevância própria, ou seja, sem a necessidade de estar vinculada a um outro bem de valor como era definido até a Carta de Washington. A autora acrescenta que “a partir daí, a ideia de “paisagem cultural” passa a ser considerada visando a valorização entre o homem e o meio ambiente, entre o natural e o cultural, como definido no documento final de 1992” (p. 24).

Se no passado a noção de monumento cultural parecia se restringir aos monumentos edificados pelo homem, hoje este conceito abrange outros exemplos da interação do homem com a natureza. Dentre eles destacam-se os locais aos quais a

história e o olhar humano empresta valor, paisagens silvestres ou agenciadas pelo homem, como sítios e monumentos naturais, jardins, jardins botânicos, jardins históricos, sítios arqueológicos, locais de interesse etnográfico, hortos, espaços verdes circundantes de monumentos ou de centros históricos urbanos, enclaves de áreas silvestres preservadas dentro da malha urbana (IPHAN, 1999, p. 5).

Assim, a noção de valorizar e preservar a relação entre natureza e sociedade como um patrimônio cultural ressoou por todo o mundo. Em resposta, já no Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) publica o Manual de Intervenção em Jardins Históricos, no ano de 1999, o qual introduz que, no país, era possível constatar a predileção em preservar os bens culturais edificados, de modo que os jardins desses mesmos bens acabavam sendo desvalorizados e negligenciados (IPHAN, 1999). Contudo, a partir do Manual, foi estimulado o pensamento de que os jardins históricos poderiam gerar um vínculo saudável entre a natureza, a cultura e os usuários do espaço:

Quando bem cuidados, [os jardins históricos] são um exemplo de respeito à natureza, ao meio ambiente, aos seres humanos e à obra, inclusive de nossos antepassados. Isso, inevitavelmente, gerará procedimentos de cuidado por parte de nossos contemporâneos e descendentes, numa relação positiva entre a cultura e a natureza, atitude materializada no caráter das intervenções realizadas no local e no próprio estado de espírito daqueles que ali trabalham (IPHAN, 1999, p. 5).

Em continuidade, mas já no ano de 2010, é redigida a Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, que endossa a abrangência dos monumentos culturais para além dos patrimônios edificados, também incluindo a paisagem e demais meios de relação com a natureza. Ademais, define que os jardins históricos sejam valorizados afetivo e simbolicamente, como em espaços voltados ao encontro, relacionamento e refúgio dos usuários. Assim, é importante resguardar esses espaços através de entidades culturais especializadas, sob o desempenho de uma série de diretrizes, condições, critérios e normatizações particulares ao objeto de estudo, a fim de estimular a relação do meio urbano com o natural (Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, 2010). Dentre os espaços passíveis de serem preservados sob esta ótica, estão:

[...] os sítios e paisagens agenciados pelo homem como, por exemplo, jardins botânicos, praças, parques, largos, passeios públicos, alamedas, hortos, pomares, quintais e jardins privados de tradição familiar. Além desses, jardins zoológicos, claustros, pomares, hortas, cultivos rurais, cemitérios, vias arborizadas de centros históricos, espaços verdes circundantes de monumentos ou de centros históricos urbanos, áreas livres e espaços abertos em meio à malha urbana, entre outros (Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, 2010).

Com o exposto, é possível entender que os jardins históricos, ao serem compostos por elementos naturais vivos (como a vegetação, a fauna atraída e, quiçá, os próprios usuários do espaço), efetiva-se como um documento vivo. Conforme Silva, Carneiro e Onofre (2018), no caso dos jardins que passaram (ou necessitem passar) por alterações nas vegetações que os compõem, é importante realizar um minucioso estudo dos componentes arquitetônicos, vegetais, ambientais e sociais ao longo de toda a sua cronologia histórica, a partir de um profissional especialista (ou um coletivo multidisciplinar) com domínio do saber botânico e artístico-histórico, de modo evitar intervenções que acometem o falso artístico ou o falso histórico. E então, os autores acrescentam: “Saber que não existe dois jardins iguais, nem no tempo, nem no espaço, nem em características, faz com que nossa experiência só se enriqueça” (p. 130).

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DE LARANJEIRAS/SE

Datada do início do século XVII, mas com crescimento exponencial ocorrido somente entre os séculos XVIII e XIX (Silva; Nogueira, 2009), Laranjeiras é uma cidade atualmente marcada pela riqueza em sua paisagem natural, historicidade e expressão cultural. Já dentro da defesa de Cardim (2022), insere-se na classificação das “cidades verdes de primeira geração”, conservando suas características citadinas da época de “Empório Sergipano”, o que ocasionou o tombamento de seu núcleo urbano no fim do século XX (Silva; Nogueira, 2009). Portanto, diante de seu papel enquanto bem cultural, o centro histórico tombado encontra-se sobre proteção do IPHAN, órgão este que define a importância do levantamento de dados acerca do sítio histórico a ser preservado, em todos os seus níveis de compreensão, “prolongando a duração de sua integridade e assegurando sua interpretação” (IPHAN, 1999, p. 22).

Assim, mediante a intenção em identificar as possibilidades de incremento de vegetação no centro histórico tombado de Laranjeiras (SE), faz-se necessário compreender, de antemão, o contexto do objeto de estudo, desde o entendimento do desenvolvimento da cidade, para a compreensão do valor do centro histórico, seu tombamento (bem como os normativos envolvidos) e sua relação com a vegetação. Em seguida, diante do objetivo do trabalho, é importante ressaltar os benefícios diante da possibilidade de potencializar o verde na região em estudo, seguindo para o mapeamento dos espaços ajardinados existentes e, por fim, o levantamento das espécies vegetais predominantes nos espaços mapeados.

2.1. O CENTRO HISTÓRICO TOMBADO

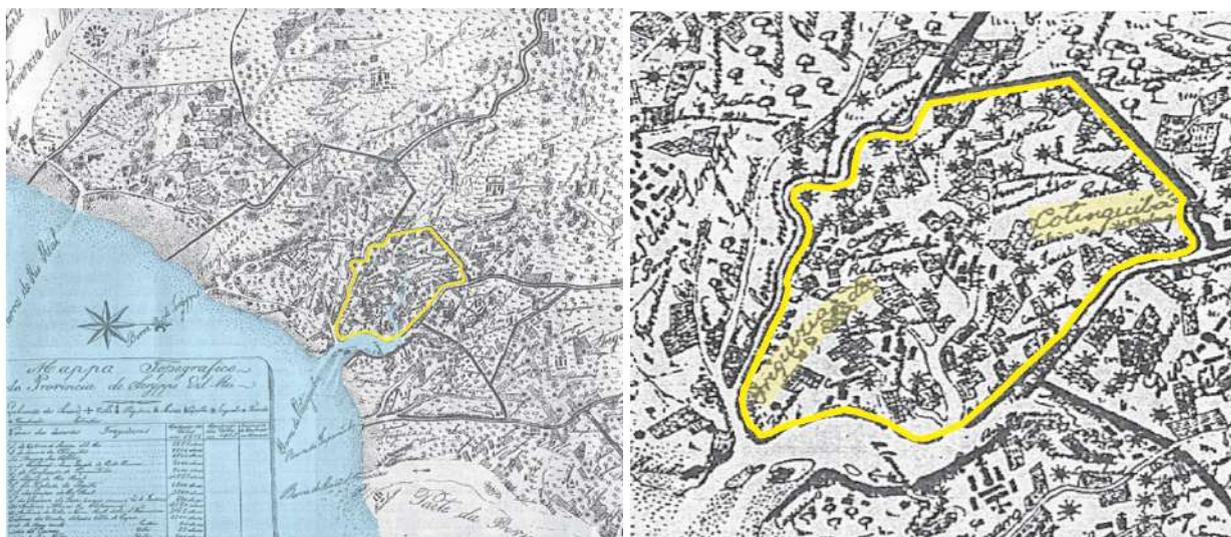
Em 1605, a partir do sítio Comandaroba, é dado início às ocupações de Laranjeiras, num povoado em que já tinha sido construído um engenho para o cultivo de cana-de-açúcar. Já em meados do ano de 1606, surge o Porto das Laranjeiras, construída pelos próprios moradores que já habitavam a região, localizado a, aproximadamente, uma légua do polo da Freguesia da Cotinguiba, marcando o começo da ocupação nas proximidades da conhecida como “zona do Cotinguiba”, a qual demarcava uma região no entorno do Rio Cotinguiba. É importante ressaltar a importância deste Porto na história da cidade, uma vez que, a partir dele, surgiram as primeiras ocupações, dentre moradias e armazéns. Ademais, a proximidade ao rio representou um meio de comunicação com outras regiões mais adentro do território, ao facilitar a entrada de barcos

(Cotrim, 2011).

Assim, o surgimento da cidade seguiu o padrão citadino brasileiro, em geral, de se desenvolver a partir de uma povoação, para, então, se tornar vila — em agosto de 1832 — e, tempos depois, chegar ao atual nível de cidade — em maio de 1848 (Silva; Nogueira, 2009). Destarte, no fim da primeira metade do século XVII, houve a invasão dos holandeses, o que gerou uma grande extensão de danos às povoações existentes naquela região. Desse período até os primeiros anos do século XVIII, a pequena ocupação permaneceu praticamente inalterada até 1734, ano marcado pelas primeiras modificações mais consistentes em seu desenho urbano — como exemplo, há a construção das primeiras edificações religiosas da localidade (Bonduki, 2010).

Na medida em que sua ocupação ganhava uma maior complexidade ao longo da segunda metade do século XVIII, tornava-se mais notório que Laranjeiras seguia o mesmo padrão das demais ocupações do mesmo período no Brasil, sendo ele “com uma capela no centro do arraial, ao redor da qual foram sendo desenvolvidas atividades mercantis” (Silva; Nogueira, 2009, p. 42). Com esse ritmo, em 1808, já haviam sido construídos 600 fogos (edificações). Portanto, na passagem dos séculos XVIII e XIX, a cidade tornou o plantio de cana-de-açúcar e tabaco uma de suas bases econômicas principais, elevando-se ao status de ser uma das regiões mais notórias comercialmente da Província de Sergipe Del Rey (Silva; Nogueira, 2009).

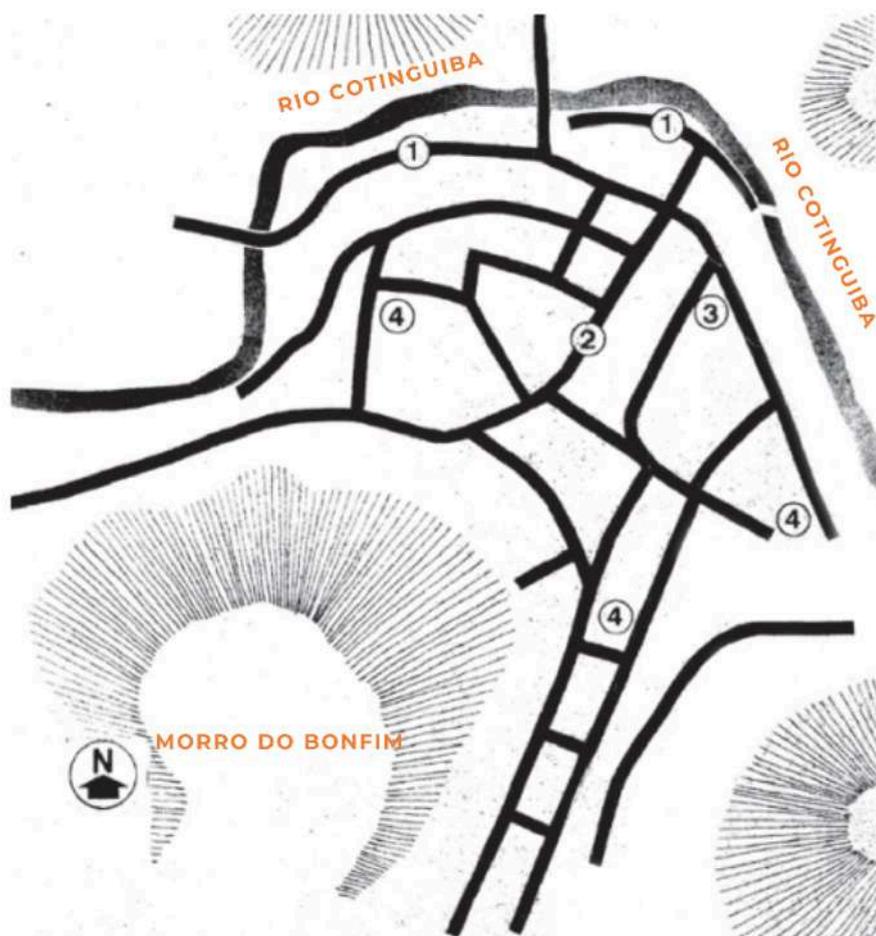
Figura 3 – Perímetro da Freguesia do Cotinguiba a partir do mapa de topografia da Província de Sergipe Del Rey, nos primeiros anos do século XIX



Fonte: Marx, 1991, recortado por Lícia Cotrim, 2011.

Ademais, no período em que a capital permaneceu sendo São Cristóvão, Laranjeiras também continua mantendo seu poder comercial por possuir o mais importante porto da localidade e, diante dessa sua função, o seu traçado urbano foi desenvolvido a partir das necessidades portuárias, tendo conexões comerciais dentro e fora do Brasil. Por isso, é possível observar em sua arquitetura as construções atreladas a esse tipo de uso comercial, com destaque para os trapiches, às margens do rio Cotinguiba (Bonduki, 2010). Então, com sua posição geográfica favorável para o seu desenvolvimento, Laranjeiras conquistava cada vez mais notoriedade, em que Cruz (2012) explica que a cidade “tornava-se referência não só no que tange à economia, mas também na política, na educação e na vida social e intelectual como um todo” (p. 40).

Figura 4 – Traçados urbanos iniciais de Laranjeiras a partir do rio Cotinguiba. A numeração indica a ordem do surgimento de cada eixo de ocupação



Fonte: Adaptado de Cotrim, 2011.

Com isso, Bonduki (2010) contextualiza que a primeira metade do século XIX foi composta pelas principais transformações urbanas e arquitetônicas na cidade de Laranjeiras. Já ao final da segunda metade desse mesmo período, o fluxo de mudanças urbanas foi interrompido, devido à transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju, sendo a nova sede do poder distanciada apenas 18 quilômetros do território laranjeirense. Ou seja, a transferência de poder acabou enfraquecendo gradualmente a dinâmica industrial e portuária da cidade, pilar principal de seu desenvolvimento. Apesar da quebra de ritmo exposta, devido ao porto do rio Cotinguiba, a malha urbana de Laranjeiras concentrou-se às suas margens, configurando um perímetro hoje conhecido como o centro da cidade. Assim, a região continuou concentrando edifícios de uso comercial e de serviço, além de manter as características arquitetônicas da época do empório sergipano — conferindo-lhe um valor histórico. Anos mais tarde, a cidade dá espaço para novas indústrias (petroquímica, açucareira e cimenteira), que dão continuidade a um de seus antigos papéis econômicos, ainda que sem a mesma força de antes e com pouco vínculo com o centro histórico (Bonduki, 2010).

Figura 5 – Vista para o centro de Laranjeiras, com destaque para o Rio Cotinguiba e os dois primeiros eixos de formação da cidade, a título de localização (1- Praça Samuel de Oliveira; 2- Calçada Getúlio Vargas)



Fonte: Adaptado de Cotrim, 2011.

Diante de toda a trajetória percorrida pela cidade de Laranjeiras, em Sergipe, durante o seu desenvolvimento (desde sua ascensão até o declínio), Silva e Nogueira (2009) defende que,

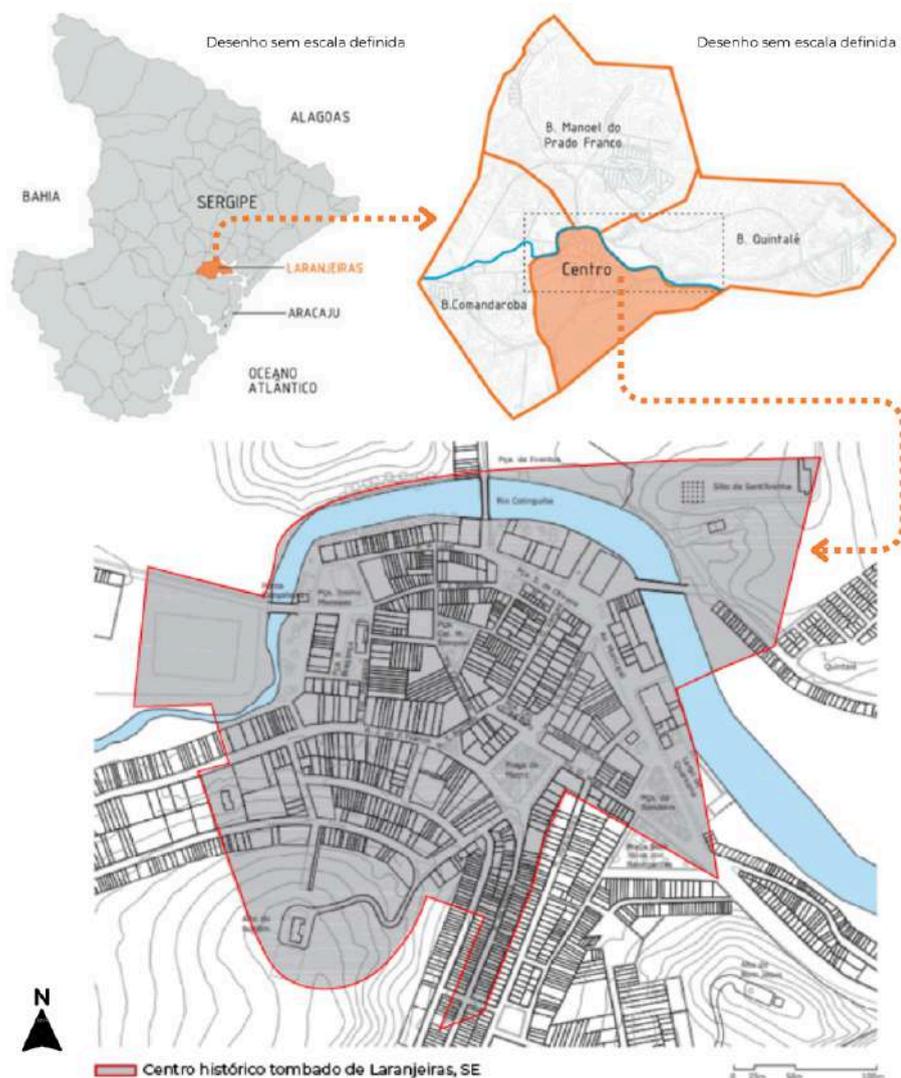
ainda que a localidade tenha passado por um processo de estagnação a partir da curta distância da nova capital (Aracaju) e a consequente perda de força com relação à produção açucareira, a permanência das características estéticas de suas construções e traçado citadino permitem, ao usuário do espaço, a contemplação dos vestígios histórico-culturais da cidade — mesmo que algum destes estejam em processo de deterioração, demandando por intervenções a nível de conservação ou restauração.

Portanto, a região central de Laranjeiras foi marcada por ter sido desenvolvida em prol da sua função portuária, ao longo das margens do rio Cotinguiba, com desenvolvimento fortemente marcado entre os séculos XVIII e XIX. Atualmente, mesmo com sua estagnação urbana após a mudança da sede de poder (de São Cristóvão para Aracaju), os eixos iniciais do traçado urbano irregular da cidade, expostos por Cotrim (2011), permaneceram — assim como as demais características da região e seus bens culturais. Diante disso, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional reconheceu sua notoriedade para o crescimento de Sergipe, bem como a sua contribuição para o cenário da história do Brasil, juntamente a força da sua arquitetura, religiosidade e cultura, de modo a realizar o tombamento do centro histórico entre os anos de 1995 e 1996², almejando sua proteção (IPHAN, 2014).

Assim, a região central tombada de Laranjeiras é composta por um conjunto arquitetônico de valor urbano, arquitetônico e paisagístico, delineado pelo curso do Rio Cotinguiba e pela topografia marcada com a presença de morros, contando com empraçamentos, vias públicas, largos, edifícios religiosos e demais edificações provenientes dos diferentes períodos de conformação da área em estudo, numa confluência com a presença do verde em uma paisagem (Portaria nº 15 de Laranjeiras, 2019).

² Inscrição nº 538 no livro do Tombo Histórico, nº 604 no livro de Belas Artes e nº 111 no livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (Portaria nº 15 de Laranjeiras, 2019).

Figura 6 – Planta de localização do objeto de estudo, a partir da relação entre Estado, Cidade, bairro e perímetro do centro histórico tombado



Fonte: Adaptado de Cotrim, 2011.

Ainda, o tombamento da região em foco contribuiu para a proteção não só do patrimônio edificado pertencente ao centro histórico, mas também para a valorização e fortalecimento dos movimentos religiosos e culturais repassados de geração em geração na cidade. Desse modo, Dantas (2007) pontua alguma das expressões artísticas presentes na cidade e que mostram sua resistência com o passar dos anos, assim como as edificações do centro tombado, a exemplo dos Lambe-sujo, Cacumbi, Chegança, Taieira, Caboclinho, dança de São Gonçalo, festa de Nossa Senhora do Rosário, festa de São Benedito, além do Encontro Cultural

de Laranjeiras, ocorrido anualmente e utilizando das ruas da cidade como palco — de maneira que a dinâmica com os espaços públicos e privados do sítio tombado é manifestada de forma particular a cada festividade ocorrida, conferindo novas configurações para as sequências comportamentais e a imageabilidade dessa paisagem (Del Rio, 1995).

Figura 7 – (A) Registro do Cacumbi; (B) Registro de parte dos festejos ocorridos no Encontro Cultural de Laranjeiras; (C) Artesanato local laranjeirense



Fonte: Prefeitura Municipal de Laranjeiras, 2024³.

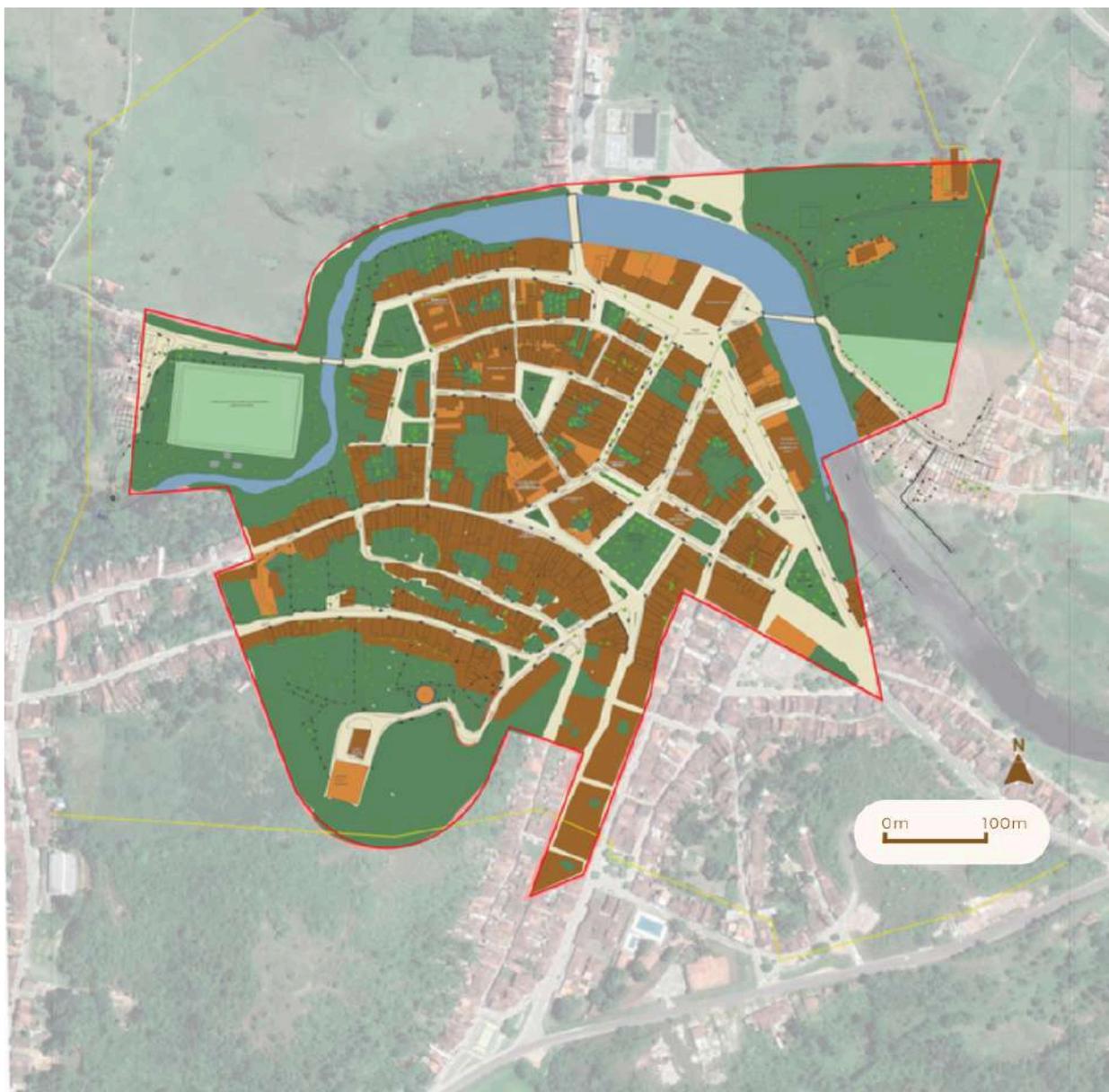
Em convergência, Ferri e Teixeira (2013) comentam sobre como devem ser pensadas as intervenções em espaços históricos, de maneira a levar em consideração a paisagem urbana, as tradições e o “espírito do lugar”, permitindo a transmissão de valores entre o passado, presente e futuro, ao passo que enfatiza a “memória coletiva”. Essa memória é apenas possível, segundo os autores, a partir do resgate do desenvolvimento histórico local, impulsionando impactos nos setores econômico, administrativo, educativo, entre outros, da cidade. Com o entendimento, os autores reiteram que “a memória coletiva pode ser considerada um dos fatores que contribuem para a solidez e coesão encontrada em muitos grupos sociais, e que ganha maiores destaques em períodos que ocorrem grandes mobilizações, como em momentos de festas ou de crises” (Ferri; Teixeira, 2013, p. 3).

Ademais, por se tratar de um bem cultural a ser preservado, entende-se que necessite passar, eventualmente, por processos de intervenção a nível de conservação, restauração ou manutenção. Desse modo, o IPHAN determina, a partir da portaria nº 420 (2010), uma série de definições, critérios e diretrizes acerca desse tipo de conduta, sob a determinação do cumprimento dos princípios de prevenção, planejamento, proporcionalidade, fiscalização e

³ Disponível em: <https://www.instagram.com/preflaranjeiras/>. Acesso em 17 mar. 2024.

informação. Essa portaria é válida para os sítios históricos de todo o território nacional e preconiza, de antemão, o domínio de informações sobre o objeto de estudo, a fim de entender a identidade, nuances e desdobramentos do espaço construída ao longo do tempo até o período atual, ressaltando os pontos que lhe conferem o valor de patrimônio cultural.

Figura 8 – Centro histórico de Laranjeiras (SE) por satélite. Perímetro tombado em destaque



Fonte: Adaptado de IPHAN (2009) e Google Earth (2024).

Destarte, o Programa Monumenta chegou para trazer transformações urbanas ao centro histórico tombado, trazendo como produto a implantação de um novo Campus Universitário da

Universidade Federal de Sergipe no antigo quarteirão dos trapiches (local que antes armazenava as mercadorias trazidas até o porto da cidade). Sob a nova denominação de "campus das artes", o espaço inicialmente abrigou 5 cursos de nível superior — Arquitetura e Urbanismo, Arqueologia, Museologia, Teatro e Dança (Bonduki, 2010). Ademais, apesar da proteção da área em estudo ter ocorrido em 1996 e de intervenções que buscavam potencializar a valorização desse espaço histórico (como o novo pólo da UFS citado), apenas em 2019 o centro histórico tombado ganha um regulamento próprio, a Portaria nº 15, de 2019, a qual normatiza definições, características e setorização da área em foco e uma série de critérios e diretrizes para a sua preservação, voltados especificamente às características inerentes ao sítio histórico e suas edificações:

CONSIDERANDO o Processo de Tombamento nº 1288-T-89 do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Laranjeiras - SE, situado no Município de Laranjeiras, no Estado de Sergipe, e decorrente inscrição no Livro do Tombo Histórico, sob nº538, em 18 de junho de 1996, no Livro de Belas Artes, sob nº604 e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sob nº 111;

CONSIDERANDO os valores históricos, arquitetônicos e paisagísticos reconhecidos no conjunto tombado de Laranjeiras enquanto testemunho representativo da ocupação da costa do Nordeste, durante a expansão da cultura da cana de açúcar nos séculos XVIII e XIX, exprimindo a sociedade, a cultura e a tecnologia de uma época (Portaria nº 15 de Laranjeiras, 2019).

Figura 9 – Vista para parte do centro histórico de Laranjeiras, com destaque para o Antigo Quarteirão dos Trapiches localizado na Praça Samuel de Oliveira, pouco antes da intervenção do Programa Monumenta



Fonte: Adaptado de Bonduki, 2010.

Com projeto anterior ao regulamento específico de proteção ao centro histórico tombado laranjeirense, a implantação do Centro Universitário seguiu os normativos gerais estabelecidos pelo IPHAN, assim como qualquer outra intervenção realizada até o final de 2018. Contudo, a partir da Portaria nº 15 de Laranjeiras (2019) e suas definições específicas quanto à preservação, à conservação e à restauração do sítio histórico, as propostas interventivas passaram a estar sob um maior controle de proteção ao patrimônio. Suas diretrizes gerais buscam garantir a manutenção das características do espaço tombado, mantendo a coesão entre o traçado da via, formato de ocupação, tipos arquitetônicos e características vegetais e topográficas identitários, a fim de correlacionar a fruição do patrimônio com as demandas funcionais de um centro urbano em uso.

Os pontos listados pela Portaria nº 15 de Laranjeiras (2019) retomam a defesa da Recomendação de Nairobi (1976), apresentada por Cotrim (2011), no que tange a manutenção da “ambiência” do bem cultural, uma vez trazendo, também, disposições acerca da preservação da paisagem visual, protegendo a fruição do sítio histórico e seu entorno marcado por morros, colinas e uma densidade vegetal nativa abundante. Esse panorama, juntamente à ausência de normativos específicos quanto ao manejo dos jardins inseridos no centro histórico tombado, indica uma maior aproximação com as noções redigidas na Carta de Florença (1981), já que esta apresenta a defesa à proteção dos espaços verdes somente quando agrega significado ao patrimônio em preservação.

Figura 10 - Paisagem visual da cidade de Laranjeiras (SE), a partir de pontos altos do entorno de seu centro histórico tombado



continua...



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Assim, com relação à proteção dos jardins históricos pertencentes ao centro histórico tombado laranjeirense, faz-se primordial compreender, de antemão, a relação entre a vegetação e o traçado urbano da cidade. A partir de então, será possível inferir sobre a possibilidade em tratar desses espaços verdes sob perspectiva de um protagonismo próprio, sem necessariamente estar relacionado a outro bem cultural — assim como define a Carta dos Jardins Históricos Brasileiros (2010).

2.2. A VEGETAÇÃO NO PASSADO HISTÓRICO DO CENTRO HISTÓRICO TOMBADO

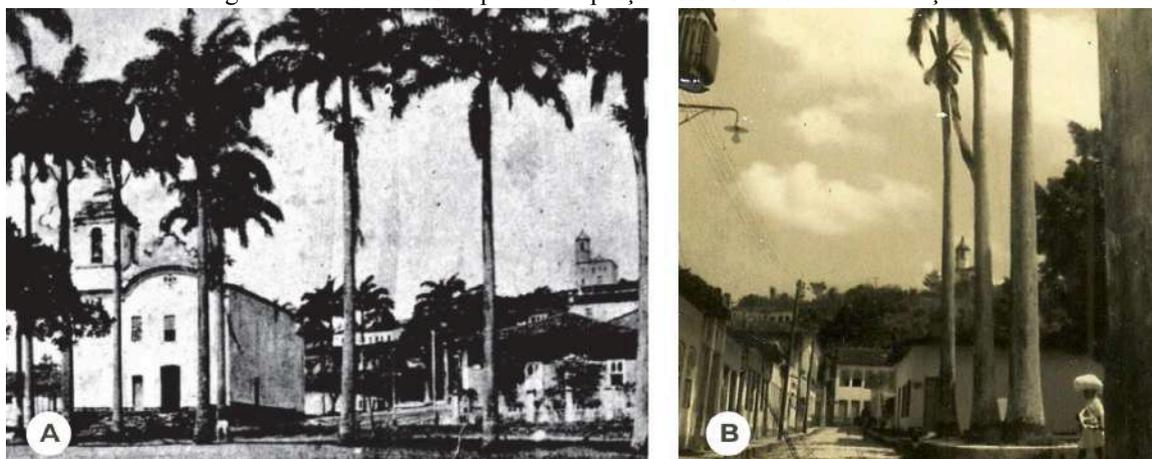
Para jardins e centros históricos, é necessário analisar minuciosamente a sua contextualização, bem como o seu diálogo com o entorno e demais aspectos que sejam inerentes a sua identificação. Portanto, antes de iniciar propostas de restauro para esses bens culturais, é imprescindível exaustivas pesquisas que envolvam materiais como levantamento bibliográfico, documental, de iconografias que proporcionem a coleta de todas as informações históricas alcançáveis. Com a ação, será possível deter diferentes perspectivas que contribuam na aferição dos jardins em sua contextualização na cidade, na identificação de suas tipologias e demais características formais, inerentes ao bem em seu estado originário ou considerando possíveis adições ou transformações. Assim, também, a observação visual representará um importante

meio de checagem do seu estado de integridade (IPHAN, 1999).

Este levantamento completo gera uma consciência do que é o patrimônio, tornando-o parte integrante da sociedade atual. Evidenciam-se assim os valores que se quer preservar, estabelecem-se as políticas de apresentação e interpretação e a estratégia de preservação. Esta é constituída por programas de curto e longo prazos para conservação e manejo das transformações, incluindo inspeções regulares, ciclos de manutenção e controle ambiental (IPHAN, 1999, p.25).

Diante da relevância dada ao estudo minucioso dos jardins históricos e de seus sítios urbanos, bem como a importância em realizar análises com base nos registros visuais, a compreensão acerca da dinâmica da vegetação dentro do traçado urbano do centro histórico de Laranjeiras tem como base a documentação levantada, até o momento, de seus espaços verdes, numa tentativa de retomada cronológica até os dias atuais, a fim de compreender as dinâmicas de transformação e diálogo desses elementos com o entorno edificado. Assim, o primeiro espaço a ser analisado é a Praça Nossa Senhora da Conceição, localizada defronte à Igreja de mesmo nome, a partir do levantamento iconográfico coletado (Figura 11). Na observação, é possível notar a presença de indivíduos da exótica espécie Palmeira-imperial (*Roystonea oleracea*), a qual Cardim (2022) explica que foi trazida ao Brasil logo no início do século XIX, logo sendo atrelada ao status de nobreza, iniciando um movimento de “palmeirização” no país que, como é percebido, alcança a cidade de Laranjeiras.

Figura 11 – Palmeiras Imperiais na praça Nossa Senhora da Conceição



Fonte: (A) Luiz Borges, 1983; (B) Eduardo Cabral, s/a⁴.

⁴ (A) Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B8mVnHajuTl/>. Acesso em: 17 mar. 2024; (B) Disponível em:

O próximo espaço a ser compreendido é a Praça Possidônia Bragança, datada de 1913 e localizada atrás da referida Igreja da Nossa Senhora da Conceição. Essa praça tem grande relevância para a história de Laranjeiras por ser o primeiro projeto de empraçamento ajardinado, com proposta de colocação de passeios, jardins e espaços para sentar, tendo plantio dos indivíduos arbóreos Palmeira-imperial (*Roystonea oleracea*) e Ficus (*Ficus benjamina*). Contudo, apesar da iniciativa pioneira na cidade, pouco restou da proposta inicial (Cotrim, 2011). Devido a isso, há escassos registros fotográficos que registram o traçado originário da praça.

Figura 12 – Registro da Praça Possidônia Bragança, construída no ano de 1913



Fonte: Adaptado de Myria Ferro, s/d⁵.

O espaço seguinte compreende a Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus, o espaço ajardinado cercado construído em seu anexo e a Praça da Matriz. Silva e Nogueira (2009), evidencia que a Igreja Matriz foi construída em três etapas: a primeira, em 1791, no terreno

https://www.instagram.com/p/B9MF_mDjWe2/. Acesso em: 17 mar. 2024.

⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CmC9ocNpGXg/>. Acesso em: 17 mar. 2024.

doado por D. Josefa Maria de S. José; a segunda ocorre com a aquisição de mais um terreno, dessa vez doado por João José Correia de Abreu, no ano de 1839; já a terceira, por fim, ocorre a partir da reforma da estrutura existente da Igreja, fase em que há a construção de seu jardim cercado por grades de ferro (material popular no Brasil entre os séculos XIX e XX).

Figura 13 – Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus e Praça da Matriz ao longo dos anos, sendo (A) Anos antes da remodelação da Igreja Matriz em 1905; (B) Em 1905; (C) Em 1990; (D) Destaque para o ajardinamento cercado da Igreja Matriz, já em 2020



Fonte: Adaptado de (A) Revista Polianteia, 1952; (B) e (C) Baú do Vane, s/a; (D) Flávio Leão, 2020⁶

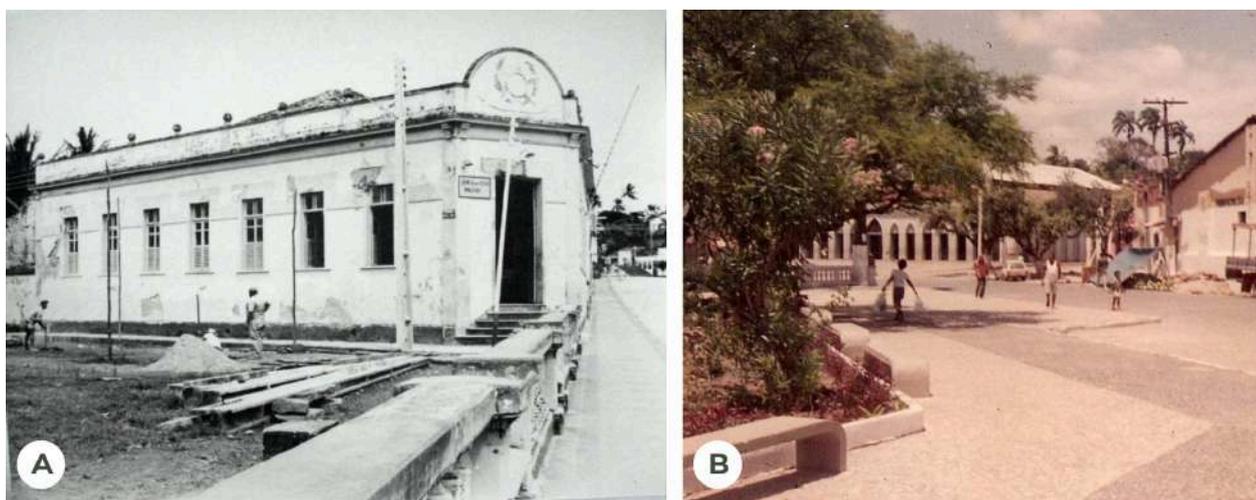
A Igreja Matriz é um caso interessante sobre a relação de temporalidade entre as construções do centro histórico de laranjeiras, uma vez que a primeira fase de sua construção é datada do final do século XVIII, já a segunda fase ocorreu na metade do século XIX e, por fim, a implantação do jardim cercado ocorreu no início do século XX. Sobre a vegetação plantada nesse espaço ajardinado, não foram encontrados, até o momento, registro quanto à sua fase

⁶ (A) Disponível em: https://www.instagram.com/p/B990SiODa3_/. Acesso em 16 mar. 2024.; (B) Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B84qbtAjSsf/>. Acesso em 16 mar. 2024.; (C) Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B96PFZeDHjj/>. Acesso em 16 mar. 2024.; (D) Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CdCTUv3sbgD/>. Acesso em 17 mar. 2024.

inicial, contudo, seguindo o padrão de palmeirização nos demais espaços verdes da cidade, levanta-se a hipótese de que as palmeiras imperiais atualmente presentes no local são originais de seu projeto.

Destarte, outro espaço interessante de ser abordado é o Paço Municipal, edifício que atualmente abriga a Prefeitura Municipal de Laranjeiras, construído no século XIX, marcado pelo plantio das Palmeiras-imperiais a partir das mudas trazidas pelo Imperador Dom Pedro II (Silva; Nogueira, 2009). Ademais, sobre a vegetação presente no espaço da Praça da Prefeitura, além das palmeiras imperiais, é possível notar outras espécies arbóreas de médio porte no período da década de 70 (Figura 14B).

Figura 14 – Paço Imperial, atual Prefeitura Municipal de Laranjeiras, em meados de 1970



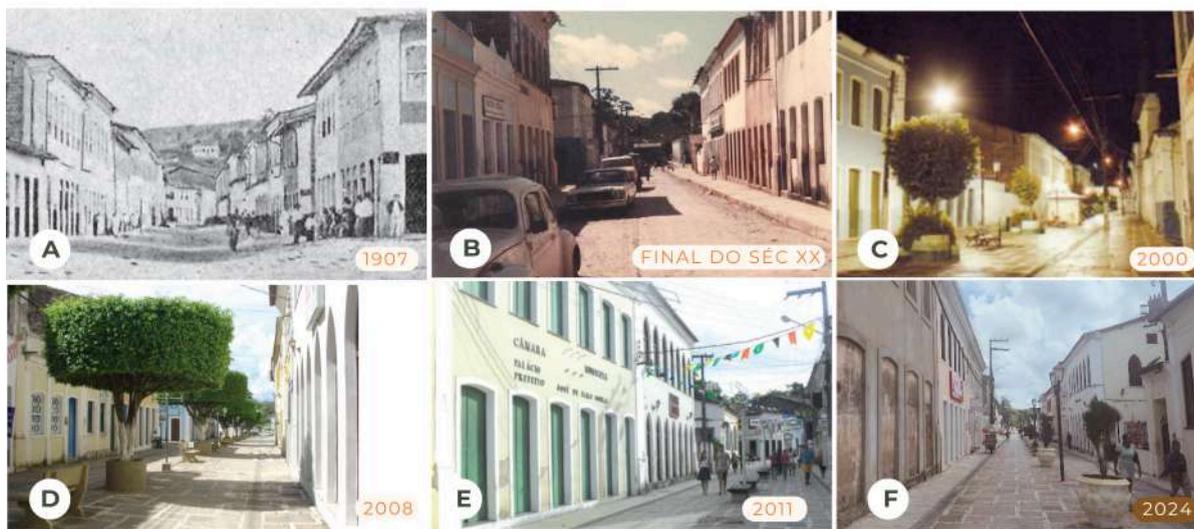
Fonte: (A) Baú do Vane, s/a ; (B) Jornal O Liberal, s/a.⁷

O Calçadão Getúlio Vargas é outro exemplo interessante de espaços do centro histórico tombado que sofreram modificações em sua dinamicidade entre os séculos. Cotrim (2011), comenta que em meados de 1800, essa era a via mais importante da região, uma vez que conectava o porto de Laranjeiras com a Capela do Coração de Jesus (hoje conhecida como Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus) e as proximidades da Comandaroba. A autora segue explicando que as edificações dessa via datam, em sua maioria, da primeira metade do século XIX, com função predominantemente residencial. Com o passar dos anos, esse conjunto arquitetônico perpassou por forte deterioração, e, tempos depois, a maioria foi restaurado, com

⁷(A) Disponível em: https://www.instagram.com/p/B8HYB-mj_rZ/. Acesso em 18 mar. 2024; (B) Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B9q6L3Xj6Qp/>. Acesso em 18 mar. 2024.

os sobrados funcionando, atualmente, comércios variados.

Figura 15 – Calçadão Getúlio Vargas e suas transformações ao longo do tempo



Fonte: (A),(C), (D), (E) Adaptado de Cotrim, 2011; (B) Autor desconhecido⁸; (F) Acervo Pessoal, 2024.

Assim, observando as imagens, é possível depreender mudanças ocorridas como: alteração do pavimento, fechamento da via para uso exclusivo de pedestres, plantio e retirada de espécies vegetais arbóreas e, atualmente, recolocação de vegetação, mas, dessa vez, a nível arbustivo. Sobre o aspecto da vegetação, especificamente, Cotrim (2011) comenta que, ao analisar a paisagem visual desse espaço, as árvores presentes no Calçadão, ainda que proporcionassem sombra e, junto aos bancos, estimulassem um uso estático do local, interferiam na fruição das edificações ali presentes. Outro ponto a ser observado quanto à justificativa para a retirada dessas árvores é em relação a sua espécie, *Ficus (Ficus benjamina)*, a qual tem por característica raízes que se espalham a procura de água, o que pode comprometer a tubulação das edificações próximas, colocando em risco a integridade das edificações históricas.

Com a percepção obtida a partir do comparativo cronológico do diálogo entre a vegetação e os espaços inseridos no centro histórico tombado de Laranjeiras, foi possível constatar mudanças na paisagem da cidade com relação ao verde inserido no traçado urbano – entre supressões de espécies vegetais, plantio ou reposição, conduta que continua se replicando até os dias atuais. Portanto, diante da necessidade de se intervir num bem histórico, é importante realizar contínuas retomadas com relação aos princípios que devem ser seguidos para manter a

⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CrTkfUnLUAu/>. Acesso em 17 mar. 2024.

ambiência histórica, como pontuado pela Carta de Florença (1981), e, em convergência, a manutenção do “espírito do lugar”, explicado por Ferri e Teixeira (2013).

O planejamento das cidades não deve seccionar ou compartimentar os jardins históricos. Características tradicionais podem ser perdidas quando não se atentam para a preservação de sua unidade estética. Dentre essas características, destaca-se o espírito do lugar, composto por bens móveis e, por elementos intangíveis que dão importante contribuição à formação do lugar, conferindo-lhe o espírito que o distingue de outros bens culturais e atribuindo-lhe significado mais rico e completo. (Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, 2010).

Portanto, compreende-se que, a nível de contemplação do objeto em estudo, no que tange às vias públicas, é sabido que o contexto de formação da cidade de Laranjeiras decorre de um período em que esses eixos urbanos foram construídos com larguras menores. Ainda que atualmente exista uma maior consciência quanto à compatibilização do desenho urbano com os espaços verdes, assim como defende Cardim (2022), o centro histórico tombado, ao ser preservado, necessita de estratégias mais flexíveis nesse sentido. Com o entendimento, assim como Cotrim (2011) aponta em sua percepção, essas vias mais estreitas (no sentido espacial e visual) ficam impossibilitadas de receberem arborização, já que esses indivíduos vegetais, por seu porte, obstruem a paisagem visual que deve ser protegida, além de não possuírem espaço para seu crescimento sem que comprometa seu desenvolvimento e a estrutura da pavimentação e das edificações em seu entorno.

Figura 16 – Registros de vias públicas não arborizadas, no centro histórico tombado de Laranjeiras (SE)



Fonte: Acervo Pessoal, 2024.

É necessário compreender que, diante da possibilidade de incremento de vegetação

no centro histórico tombado, em casos como os citados, vegetações de menor porte (como arbustos e herbáceas) podem ser mais favoráveis. Ademais, atualmente, foi registrada a supressão de espécies arbóreas ao longo da Praça Samuel (Figura 17), que podem ter sido uma ação sob a justificativa de interferir na ambiência do local, assim como foi analisado por Cotrim (2011) no Calçadão Getúlio Vargas. Contudo, ainda que identificado um possível padrão quanto à incompatibilidade do plantio de vegetação arbórea em espaços não originalmente pensados para isso, é necessário estar atento às particularidades do espaço a ser analisado.

Figura 17 – Registro fotográfico das espécies arbóreas suprimidas na região da Praça Samuel de Oliveira, no centro histórico tombado de Laranjeiras (SE)



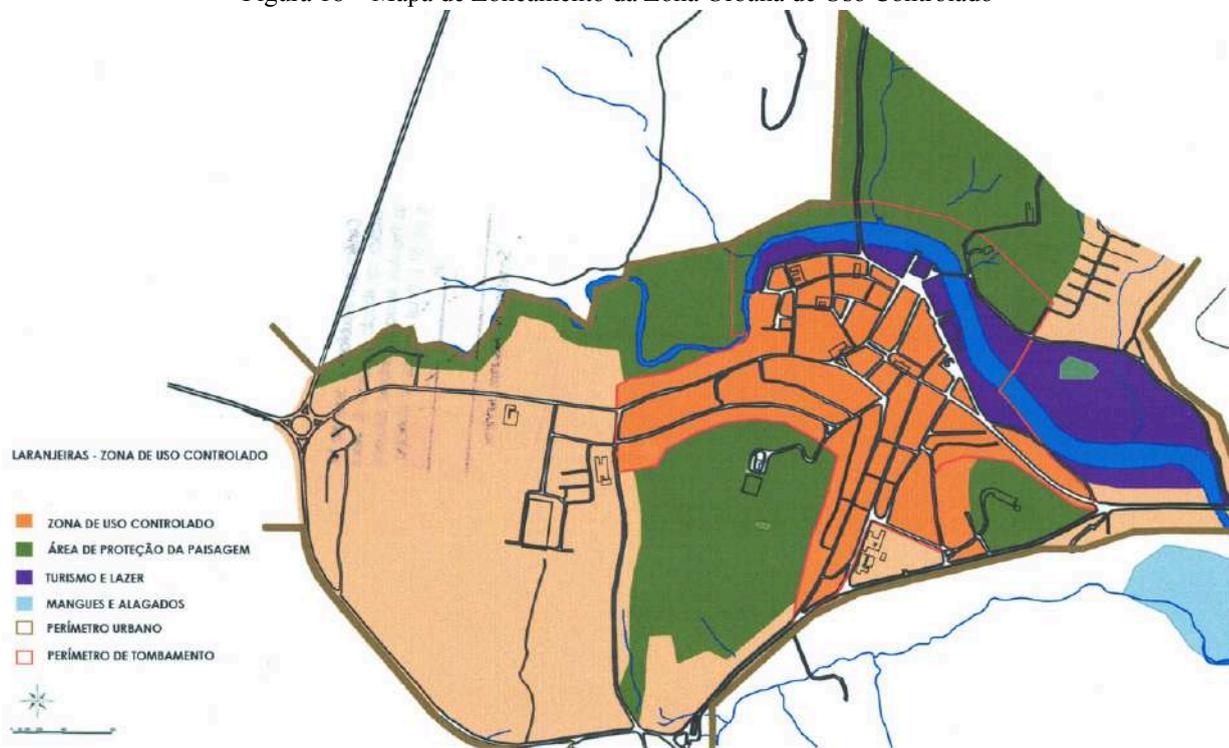
Fonte: Acervo pessoal, 2024.

2.3 LEGISLAÇÕES EM TORNO DO MANEJO DA VEGETAÇÃO E ELEMENTOS RELACIONADOS NO CENTRO HISTÓRICO TOMBADO

Partindo para a análise dos normativos da cidade que determinam uma série de itens e definições a serem seguidos sobre as formas de ocupação da localidade, foi possível averiguar questões atreladas à vegetação em especial no perímetro do centro histórico tombado. Assim, nesse momento, a investigação permeia as seguintes leis: Lei Complementar nº 16/2008 (Laranjeiras, 2008) e a Lei Complementar Municipal nº 31/2009 (Laranjeiras, 2009). Portanto, com a compreensão da lei complementar nº 16/2008, a qual institui o Plano Diretor Participativo de Laranjeiras, o centro histórico tombado está inserido, principalmente, numa zona urbana de ocupação preferencial, nomeada como “Zona de Uso Controlado”, a qual determina ações específicas em prol da preservação do patrimônio histórico (Figura 18). Ainda dentro do

perímetro tombado, há partes das zonas “Área de proteção da Paisagem” e “Turismo e Lazer”.

Figura 18 – Mapa de Zoneamento da Zona Urbana de Uso Controlado



Fonte: Plano Diretor Participativo do Município de Laranjeiras, Laranjeiras, 2008.

O documento também aponta para uma política de desenvolvimento sustentável, a qual, dentre suas diretrizes, busca a promoção do turismo cultural, importante para o estímulo à valorização dos movimentos populares e expressões artísticas que se consagram na história da cidade, assim como aponta Dantas (2007). Por conseguinte, o viés de conservação se estende para além do âmbito das edificações e das manifestações populares ao abranger sobre a recuperação e preservação da massa vegetal circundante ao centro tombado de Laranjeiras, dentro da política Urbana Rural descrita no mesmo documento, buscando a proteção da paisagem. Juntamente a isso, o Plano Diretor (Laranjeiras, 2008) também garante o respeito ao patrimônio histórico, de modo a equilibrar o enaltecimento ao meio urbano com as demandas funcionais dos espaços da sociedade.

Esse ponto retoma a observação de Rezende (2018), que busca compreender como preservar as características e tradições de uma localidade com relevância histórica ao passo que se flexibiliza perante às necessidades mutáveis da população. Já com o Código Ambiental do município, lei nº 31/2009, há o aprofundamento no trato ao ecossistema local, ao assegurar a

conscientização ambiental pública, o incentivo a realização de pesquisas e o resguardo dos recursos ambientais naturais ou não. Para tanto, o Código determina que o município deverá gerar mecanismos para o reflorestamento das regiões degradadas, como em encostas e ao longo de cursos hídricos, além do enfoque na recuperação da massa vegetal dentro do meio urbano.

Outrossim, está definido no documento o Plano de Arborização e Áreas Verdes, o qual visa o cadastro, a implantação, a recuperação, o monitoramento e a fiscalização de espécies vegetais nas áreas verdes de domínio público e privado, a arborização de vias; e a determinação de áreas para educação ambiental. A lei nº 31/2009 também aborda a Política Municipal de Controle de Poluição e Manejo dos Recursos Hídricos, tendo entre seus objetivos o controle da erosão e do assoreamento dos cursos hídricos, a proteção e revitalização dos ecossistemas aquáticos, de modo a promover qualidade de vida para os moradores da cidade. Outro ponto do Código Ambiental é com relação ao controle da poluição sonora, de modo a evitar emissão de ruídos em excesso que ultrapassem os limites regulamentados por lei.

Figura 19 – Linha temporal síntese com normativos acerca do patrimônio histórico, cultural e ambiental para a cidade de Laranjeiras/SE



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2024.

Assim, ambas as legislações apontadas, em conjunto com as portarias nº 420 (IPHAN, 2010) e a nº 15 (Laranjeiras, 2019), demonstram que há a intenção em resguardar o individualmente o patrimônio histórico, o cultural e o ambiental de Laranjeiras, mas faltando abordar diretrizes específicas que cruze os interesses dessas três esferas, principalmente no que tange o centro histórico tombado da cidade, assim como é possível observar na Figura acima.

3. ÁREAS COM ATUAL POTENCIAL DE ESVERDEAMENTO NO CENTRO HISTÓRICO TOMBADO DE LARANJEIRAS/SE

Com o entendimento do objeto de estudo já aprofundado, desde a compreensão do desenvolvimento citadino até a relação da urbe com seus espaços ajardinados de maior notoriedade ao longo do tempo, segue-se para o mapeamento dos espaços verdes livres tidos atualmente no centro histórico tombado de Laranjeiras, sejam estes públicos ou privados. Com isso, objetiva-se compreender a potencialidade de esverdeamento das áreas destacadas, valendo-se de duas perspectivas: a primeira, de uma proposta de intervenção a nível de adequação das espécies vegetais nos espaços já vegetados, no caso da necessidade de supressão das espécies existentes devido a danos causados ao patrimônio, ataque de insetos xilófagos, morte do indivíduo, por exemplo; já a segunda, da proposição do plantio nos espaços livres ausentes de vegetação existente.

Outrossim, tendo em vista a visita de campo realizada em todas as áreas elencadas, foi possível detectar algumas das espécies vegetais que predominam dentro do percurso, a fim de iniciar a compreensão da preferência entre vegetação exótica, ante a nativa, reafirmando o diagnóstico realizado por Cardim (2022), para a caracterização do município como uma das “cidades verdes de primeira geração”. Contudo, é necessário chamar a atenção que este levantamento não se trata de um inventário botânico, já que, para isto, seria necessário um corpo profissional especializado que identificasse todas as espécies presentes no centro histórico tombado, dentro de um trabalho de pesquisa de maior dimensão e complexidade.

3.1. MAPEAMENTO DOS ESPAÇOS VERDES EXISTENTES

Para o mapeamento, um total de 15 espaços verdes pontuais foram registrados, sendo classificados como “empraçamento”, “via pública” ou “ajardinamento cercado”, englobando o domínio público. Já dentro da esfera privada, há a classificação de “miolos verdes”, identificados ao serem observadas as massas verdes concentradas no interior das quadras. Apesar de não compor o objeto de estudo, é importante ressaltar a relevância das densas massas verdes no entorno urbano que compõem o plano de fundo da paisagem do centro histórico tombado, contrapondo-se a uma malha urbana pouco vegetada. Ademais, os nomes atribuídos a cada ponto tiveram como base a apresentação do Google Maps (2024) e a tese de Lícia Cotrim (2011), a partir da seleção de imagens que contêm um maior número de informações apreendidas sobre o

espaço em estudo.

Figura 20 – Contraponto entre o centro histórico tombado de Laranjeiras e as massas verdes do seu entorno, a partir da colina da vista da (A) Igreja Bom Jesus dos Navegantes e (B) da Igreja do Senhor do Bonfim



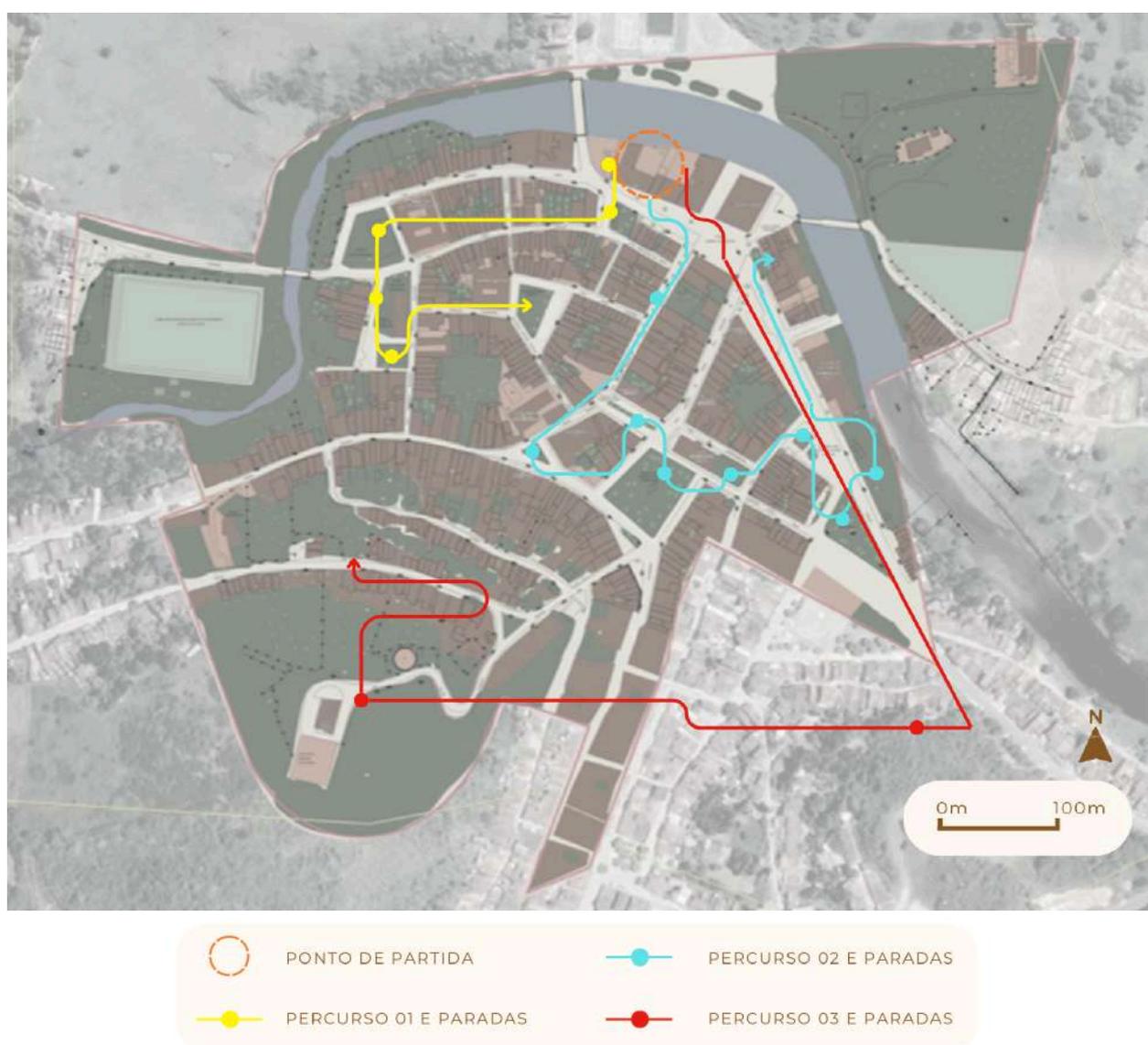
Fonte: Acervo pessoal, 2024.

A partir do mapeamento, foi realizado um levantamento fotográfico dos espaços demarcados, durante o período da tarde (acervo pessoal, 2024), a fim de coletar informações a respeito da atual situação em que cada um se encontra, de modo a apontar as mudanças ocorridas em sua paisagem com relação aos dados abordados no tópico anterior, além de já começar a identificação inicial das espécies vegetais encontradas. Assim, cada local será apresentado em ordem crescente do mapeamento geral obtido, de modo indicar o posicionamento que as

fotografias foram registradas a partir de mapas-mosca focais (adaptado do Google Earth, 2024).

O levantamento fotográfico dos espaços demarcados foi realizado em dias diferentes, durante o período da tarde, tendo como ponto de partida primordial o campus da Universidade Federal de Sergipe, como demonstra o percurso esquemático. Ao total, foram percorridos três trajetos diferentes, em que, nos dois primeiros, o foco foi dado às áreas livres inseridas no centro histórico e, no terceiro e último, houve o intuito em observar o objeto de estudo a partir dos pontos altos da cidade, de modo a compreender a relação entre o perímetro tombado e seu entorno vegetado.

Figura 21 – Percursos realizados na visita de campo



Fonte: Adaptado de IPHAN (2009) e Google Earth (2024)

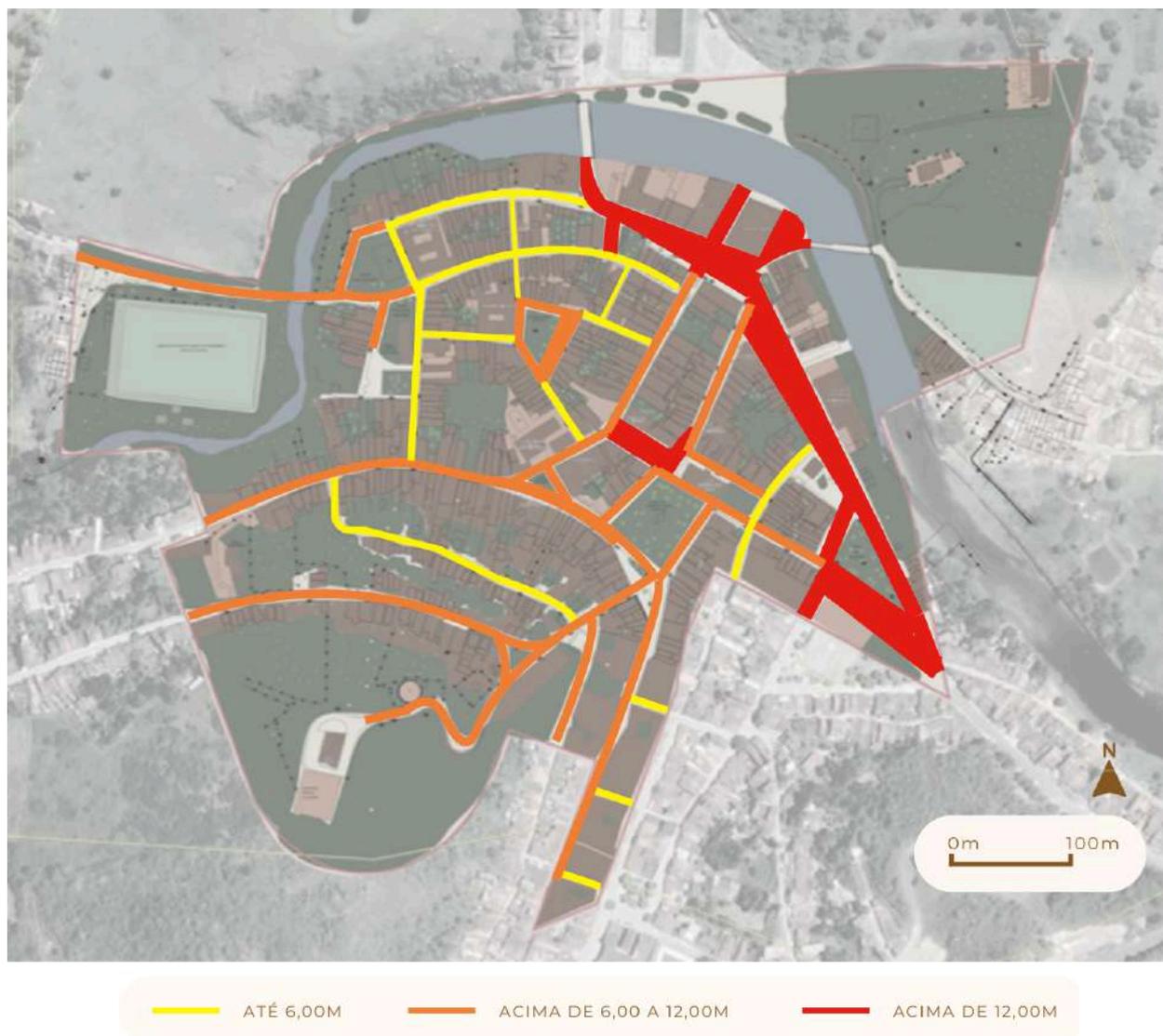
Dessa maneira, foi possível coletar informações a respeito da atual situação em que cada área livre se encontra, de modo a apontar as mudanças ocorridas em sua paisagem com relação aos dados abordados no tópico anterior, além de já começar a identificação inicial das espécies vegetais encontradas com o auxílio do aplicativo PlantNet. Assim, cada local será apresentado em ordem crescente do mapeamento geral obtido, sendo indicado, também, o posicionamento que as fotografias foram registradas a partir de mapas-mosca focais.

3.1.1 Espaços verdes públicos

Para os espaços públicos, primeiramente foi analisada a largura das caixas de vias (pista de rolamento junto ao passeio público) inseridas no perímetro do centro histórico de Laranjeiras, sendo agrupadas em três classificações diferentes: vias de até 6,00m de largura no total; vias com largura acima de 6,00m com até 12,00m; e vias acima de 12,00m. Dessa forma, todas as ruas foram contabilizadas, chegando ao total de 40 trechos, sendo 13 mais estreitas, 19 intermediárias e 8 mais largas — tendo como referência os intervalos adotados. Segundo o Manual Técnico de Arborização Urbana (São Paulo, 2015), é necessário que, para a arborização urbana, a faixa de passeio público possua, no mínimo 1,90m de largura. O valor é justificado levando em consideração a determinação de 1,20m livres para a circulação de transeuntes, com mais 0,70m para a faixa de serviço — espaço para instalação de mobiliário urbano e abertura de canteiros para a vegetação.

Com o exposto, considerando a pista de rolagem com largura mínima de 6,00m e a necessidade da existência de passeio em ambos os lados da via, a caixa de via deverá ter, ao menos, 9,80m para ser passível de ser vegetada. Assim, observando a Figura abaixo, as vias destacadas em laranja e em vermelho se enquadram nesse quesito. Contudo, é necessário pontuar que, por se tratar de um sítio histórico a ser resguardado, há limitações no que tange a conservação da pavimentação originária (pedras portuguesas) e a obstrução visual da fachada das edificações inseridas nesse espaço. Portanto, valendo-se de que qualquer intervenção desse nível a ser realizada deverá passar por um projeto paisagístico específico, é possível sugerir que a maior possibilidade de compatibilização entre a vegetação e o objeto de estudo seria para as vias com largura acima de 12,00m.

Figura 22 – Classificação das caixas das vias do centro histórico tombado de Laranjeiras/SE



Fonte: Adaptado de IPHAN (2009) e Google Earth (2024).

Uma das vias destacadas em vermelho é chamada de Praça Samuel de Oliveira, a qual possui como característica a presença das pedras portuguesas, um grande fluxo de pessoas e veículos, dentre moradores, estudantes e trabalhadores. Apesar de ser um espaço amplo, a vegetação é pouco explorada e, recentemente houve a retirada de três indivíduos arbóreos na região, ainda restando os canteiros que davam espaço para a vegetação. Nesse sentido, há a possibilidade de reutilização dos canteiros, especificando espécies não agressivas física e visualmente ao entorno, além de levantar a alternativa da criação de novos canteiros, remanejando as pedras do pavimento para a manutenção dos trechos mais degradados.

Figura 23 – Praça Samuel de Oliveira



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2024.

Como contraponto à pouca vegetação nas vias públicas da cidade, como no exemplo acima, há algumas que se destacam pela presença de vegetação de maior porte. A primeira é a Rua da Independência, a qual possui árvores de grande porte e poucos arbustos. Confere um bom sombreamento na região, em que frequentemente é possível se deparar com pessoas descansando e conversando sob a sua copa (ainda que seja apenas um canteiro central, sem a função de estimular a permanência dos usuários naquele espaço). Já a Rua José do Prado Franco, assim como a Rua Mj. Hunaldo Santos, não são muito arborizadas ao longo de seus percursos, mas, nas proximidades da praça da Matriz, possuem alguns indivíduos arbóreos com densas copas, que promovem uma extensão do verde na paisagem visual da imediação.

Figura 24 – (A) Rua da Independência; (B) Rua José do Prado Franco; (C) Rua Mj. Hunaldo Santos



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2024.

Seguindo a análise dos espaços públicos, agora em relação aos lotes com potencial de incremento de vegetação, foram identificadas o total de 15 espaços, divididos em duas classificações: empraçamentos e massas verdes do entorno urbano. Para tanto, foi considerado, a nível visual, a área permeável disponível em cada localidade, valendo-se da intenção do incremento de vegetação em portes variados (ponto que seria definido a partir do desenvolvimento de projetos de intervenção específicos). Com relação às massas verdes, estas compõem o plano de fundo da paisagem para aquele que transita no centro histórico tombado, e que corresponde a maior concentração de vegetação no perímetro, marcando a identidade visual da localidade. Já com relação aos empraçamentos, estes possuem diferentes funcionalidades e nível de cobertura vegetal, o que também interfere com o modo com o qual a população se relaciona cotidianamente com cada espaço.

Figura 25 – Lotes verdes públicos com potencial de esverdeamento



1 - EMPRAÇAMENTOS

- 1.1 PRAÇA ANEXA AO CAMPUSLAR
- 1.2 PRAÇA DEFRENTE AO CAMPUSLAR
- 1.3 PRAÇA MARCOLINO EZEQUIEL
- 1.4 PRAÇA DA RUA TOBIAS BARRETO
- 1.5 PRAÇA DA MATRIZ

1.6 PRAÇA JOSINO MENESES

- 1.7 LARGO DA QUARESMA
- 1.8 PRAÇA POSSIDÔNIA BRAGANÇA
- 1.9 PRAÇA DA PREFEITURA
- 1.10 PRAÇA DE EVENTOS
- 1.11 PRAÇA SEM NOME

2- MASSAS VERDES NO

ENTORNO URBANO

(REMANESCENTES NATURAIS)

Fonte: Adaptado de IPHAN (2009) e Google Earth (2024).

O primeiro ponto mapeado na visita de campo ao centro histórico tombado de Laranjeiras, foi a Praça anexa à lateral do Campus Universitário da UFS. Além da visão para o antigo quarteirão dos trapiches, esse espaço verde também apresenta vista para o rio Cotinguiba. Ademais, esse empraçamento possui rampa de acesso, configurando a única rota acessível para entrar nas dependências acadêmicas. A respeito da vegetação, as existentes não proporcionam sombra, e, uma vez que as edificações de seu entorno também não projetam sombreamento no

espaço, a praça não é convidativa à permanência. Contudo, apresenta potencial de uso, principalmente, pelos usuários do campus.

A praça seguinte é denominada Marcolino Ezequiel e possui, em seu entorno, edificações de uso residencial e uma escola. Como mobiliário urbano, contém bancos, assim como as praças anteriores, mas também com brinquedos de parque infantil, propício para a utilização dos alunos da escola. Contudo, observa-se que as árvores se concentram apenas no lado Leste da praça, o que não favorece o seu sombreamento e de seus mobiliários. Com a implantação, a sombra acaba sendo voltada às vagas públicas de estacionamento. No caso de uma possível intervenção, seria interessante buscar estratégias para atenuar a penetração dos raios solares no meio do empraçamento, o que poderia viabilizar a apropriação da escola, com a proposição de aulas alternativas ao ar livre. Ademais, é válido ressaltar que a fotografia utilizada para esse mapeamento foi extraída do Google Street View (2015).

Figura 26 – (A), (B) Espaço verde 1.1 (Empraçamento) – Praça anexa ao CampusLar; (C) Espaço verde 1.3 (Empraçamento) – Praça Marcolino Ezequiel

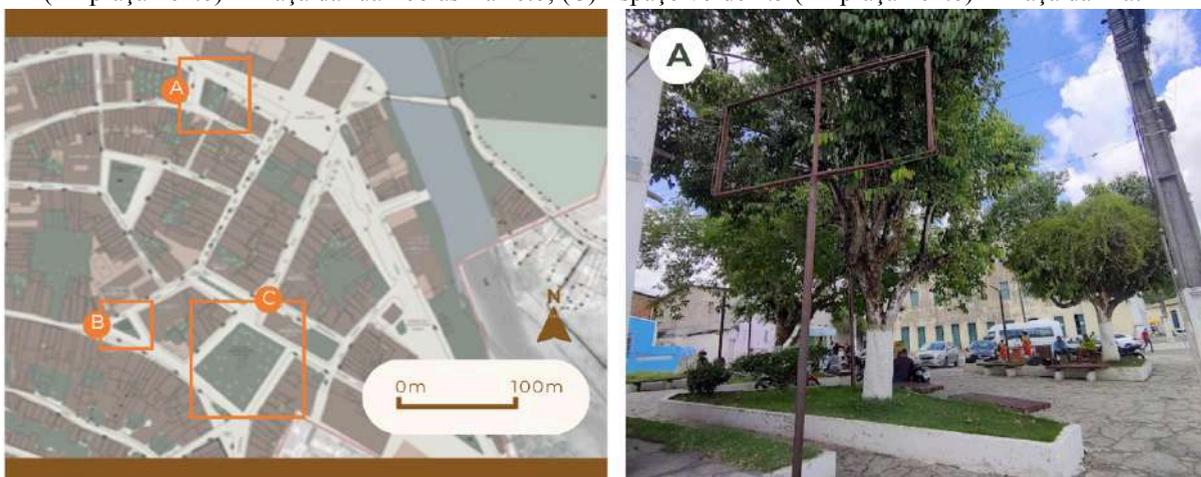


Fonte: Desenvolvido pela autora, 2024.

Ainda, há os empraçamentos que atualmente fornecem melhor sombreamento, mas que ainda assim apresentam possibilidade de exploração de espécies vegetais arbustivas de menor porte, a exemplo da praça defronte ao Campus Lar, da praça Tobias Barreto e da Praça da Matriz. A primeira é localizada em frente ao *campi*, na Praça Samuel de Oliveira, e é frequentemente ocupada por motoboys e demais usuários que trabalham nas imediações. Ademais, a presença de árvores frondosas e de copas largas, propicia sombreamento no local, o que favorece a apropriação do espaço. Sobre a vegetação, foi observada a presença de arbustos, além da grama, mas sem muita diversidade de espécies. Com relação aos indivíduos arbóreos, é possível observar um padrão que se repete com frequência no centro histórico tombado, que é a técnica de pintar os troncos parcialmente de branco.

A segunda, trata-se de um pequeno empraçamento cercado de três vias públicas, o que favorece a observação do usuário do espaço sobre as edificações de seu entorno. Dentre as espécies vegetais encontradas, no horário da realização da visita de campo, haviam sombreamentos aproveitados por alguns moradores naquele momento. Outra escola da região está localizada nas proximidades desse espaço verde, sinalizando uma potencial apropriação dos estudantes em período letivo. Já com a terceira, por fim (a Praça da Matriz), comparando as Figuras 13 e 24, nota-se a supressão atual de vegetação quando comparada a seu estado em anos anteriores. Atualmente, foi observada a presença de indivíduos arbóreos em diferentes portes e alguns arbustos. Ademais, diante da proximidade à Igreja Matriz, eventualmente dá espaço para a realização de cultos religiosos. Por ter grande status na região, também sedia outras festividades ao longo do ano, para além do uso cotidiano.

Figura 27 – (A) Espaço verde 1.2 (Empraçamento) – Praça defronte ao CampusLar; (B) Espaço verde 1.4 (Empraçamento) – Praça da rua Tobias Barreto; (C) Espaço verde 1.5 (Empraçamento) – Praça da Matriz





Fonte: Desenvolvido pela autora, 2024.

Ademais, há as praças destinadas a realização de eventos temporários, como a praça Josino Meneses, o Largo da Quaresma e a Praça de Eventos. Assim sendo, a praça atualmente denominada Josino Meneses, já foi conhecida como Praça Nossa Senhora da Conceição, e, diante da comparação das Figuras 11 e 25, é possível notar que a maioria das Palmeiras-imperiais antes existentes foram retiradas. Assim, atualmente, a praça se trata de um espaço gramado livre, visualmente subutilizada. Já o Largo da Quaresma possui como forte atributo a vista para o Rio Cotinguiba, num grande espaço gramado livre que, eventualmente, dá espaço para instalações temporárias (a exemplo de parques itinerários). Ainda, abriga o ponto do Busufs, no qual estudantes do Campus da UFS de Laranjeiras esperam o transporte universitário para o Campus de São Cristóvão. Por fim, a Praça de Eventos, apesar de ser conectada com o rio e com as colinas correspondentes às massas verdes, tem por característica a predominância da impermeabilização do solo, com uso cotidiano às sextas-feiras (feira local) e realização de shows.

Figura 28 – (A) Espaço verde 1.6 (Embraçamento) – Praça Josino Meneses; (B) Espaço verde 1.7 (Embraçamento) – Largo da Quaresma; (C) Espaço verde 1.10 (Embraçamento) – Praça de Eventos



continua...



Fonte: Desenvolvido pela autora, 2024.

Outros espaços interessantes de serem observados são a Praça Possidônia Bragança e a Praça da Prefeitura Municipal. A primeira mencionada foi a primeira praça ajardinada de Laranjeiras e marca um importante aspecto cultural para a história da cidade e de seu centro tombado. Contudo, atualmente, resguarda apenas um frondoso indivíduo arbóreo em sua região central. A proximidade com a Igreja marca sua potencialidade em sediar eventos religiosos. Já a praça da Prefeitura Municipal não possui vegetação que favoreça ao seu sombreamento, nem muita variedade de espécies vegetais. Ademais, é possível observar a permanência das Palmeiras-imperiais implantadas durante a sua construção, no século XIX.

Com o exposto, é possível reconhecer a funcionalidade de cada espaço e, diante da potencialidade de seu esverdeamento, o uso tido deverá ser levado em consideração a fim de não comprometer a plena realização das atividades propostas e manter o diálogo com as edificações do entorno, atentando-se para os possíveis públicos usuários daquela área. Ademais, em termos de percepção geral, afere-se que os espaços que são mais apropriados pelos usuários, diante de um uso mais fixo, são aquelas que possuem um melhor sombreamento proporcionado pela vegetação. Ainda, é possível apreender que alguns dos espaços verdes já pontuados apresentam potencial de uso devido a seu entorno e espaços livres para o plantio de mudas.

3.1.2 Espaços verdes privados

Para o seguinte momento, foram mapeados os espaços intraquadra com potencial de ajardinamento, ou seja, dentro do domínio privado. Especificamente para essa análise, foi utilizada como ferramenta principal de observação as imagens de satélite do Google Earth, a fim de facilitar a coleta de informações sem necessariamente adentrar cada um dos lotes pontuados. Assim sendo, é necessário destacar que, para a maior precisão quanto ao quantitativo de áreas

livres privadas disponíveis, seria recomendável a aferição in loco com profissionais capacitados. Ademais, a potencialidade pontuada só seria possível mediante a utilização de recursos como campanhas de educação ambiental e criação de incentivos fiscais, que impulsionassem a população a implantar vegetação em seus lotes e a conscientizassem acerca da importância da ação, preferencialmente assessorada por um corpo técnico especializado.

Figura 29 – Espaços privados intraquadra com potencial de esverdeamento



3 - QUADRAS COM MIOLO VERDE

Fonte: Adaptado de IPHAN (2009) e Google Earth (2024).

Com o mapeamento indicado, é possível retomar a caracterização das cidades desenvolvidas no mesmo período que Laranjeiras, como aponta Cardim (2022), de supressão dos espaços verdes na região defronte aos lotes, diante da característica ausência de recuo frontal das

edificações, mas com forte presença de miolos de quadra verdes. Assim, dentre as quadras presentes no sítio histórico, somente sete quadras não foram visualmente elencadas com o potencial de esverdeamento. Ainda, é válido pontuar que, o maior volume permeável identificado em algumas quadras trata-se de antigos casarões que estão em estado de ruína, tendo havido um crescimento orgânico de massas vegetais. Nesses casos, faz-se importante avaliar as características fitossanitárias da vegetação e, assim, determinar se apresentam algum risco à conservação da estrutura do patrimônio.

3.2. ESPÉCIES VEGETAIS IDENTIFICADAS

A Carta de Florença (1981) determina que os jardins históricos devam passar por um processo de documentação a partir de sua identificação e inventariação, de modo a possibilitar o cumprimento de sua salvaguarda. Convergindo à defesa, a Carta dos Jardins Históricos Brasileiros (2010) preconiza que esse registro de dados sobre o jardim e seus elementos deva ser realizado sob investigação dos aspectos particulares ao bem cultural, a partir do cumprimento de uma série de normas e diretrizes técnicas condizentes às características paisagísticas, sociais, artísticas, antropológicas, arquitetônicas e históricas deste. Com a adoção dessa postura, então, é possível seguir para a etapa de elaboração de propostas de intervenção ao jardim, as quais podem ser a nível de manutenção, de conservação, de restauração ou até de restituição (Carta de Florença, 1981).

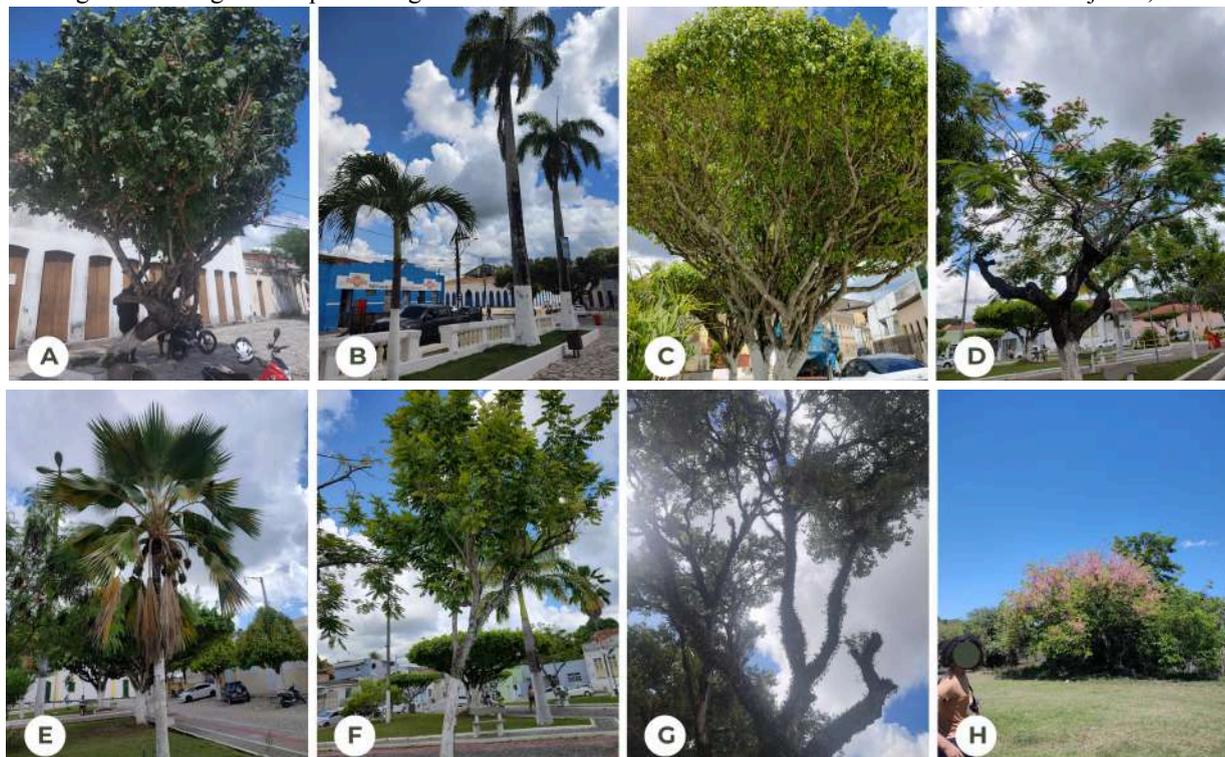
Não diferente para o caso do centro histórico tombado de Laranjeiras (SE), é imprescindível a constituição de um inventário botânico dos jardins inseridos nesse perímetro, a fim de seguir as exigências das Cartas expostas — uma vez que a vegetação é um dos elementos que compõem os espaços verdes —, para, então, possibilitar uma base mais sólida para futuras proposições de eventuais projetos de intervenção que forem necessários para a manutenção da integridade desses bens, bem como da sua relação com a sociedade. Contudo, é válido ressaltar que o inventário a ser elaborado é inicial e sujeito a mudanças, devido a impossibilidade de identificar, de fato, todas as espécies vegetais presentes no campo de estudo e, também, devido a noção de que a vegetação é um elemento cíclico, portanto, não permanente. De tal modo, é importante que o inventário botânico seja atualizado periodicamente.

Assim como no mapeamento dos espaços verdes da área de estudo, para o início de desenvolvimento do inventário de suas espécies vegetais foram realizados registros fotográficos

em campo, em março de 2024, tanto para documentar cada indivíduo vegetal encontrado, quanto para facilitar a posterior identificação de seus nomes científico e popular e características inerentes. Dessa maneira, 23 espécies diferentes foram encontradas até o presente momento, ainda que nem todas identificadas, sendo classificadas como arbóreas, arbustivas, herbáceas ou gramíneas. Para o reconhecimento de cada espécie, foi utilizado como ferramenta auxiliar o aplicativo para smartphone “PlantNet”, com verificação dos dados pelo acervo do herbário virtual do programa Re flora, do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Dentre os indivíduos arbóreos, foram identificados o Algodoeiro da Praia, de nome científico *Hibiscus tiliaceus* (Figura 35A); a Palmeira-Imperial, *Roystonea oleracea* (Figura 35B); o Ficus, *Ficus benjamina* (Figura 35C); o Flamboiã, *Delonix regia* (Figura 35D); a Palmeira leque, *Pritchardia pacífica* (Figura 35E); o Nim, *Azadirachta indica* (Figura 35F); o Oiti, *Moquilea tomentosa* (Figura 35G); a Cássia Rosa, *Cassia grandis* (Figura 35H); a Chama-da-Floresta, *Spathodea campanulata*; a Mangueira, *Mangifera indica*; o Jambo, *Syzygium jambolanum*; o Aldrago, *Pterocarpus violaceus*; o Resedá, *Lagerstroemia indica*; a Palmeira Areca Bambu, *Dyopsis lutescens*; a Aroeira-vermelha, *Schinus terebinthifolia*; e a Leucena, *Leucaena leucocephala*. Dentre as 16 espécies pontuadas, apenas 4 são nativas e as demais exóticas.

Figura 30 – Algumas espécies vegetais arbóreas existentes no centro histórico tombado de Laranjeiras, SE



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Sobre os indivíduos vegetais arbustivos identificados, há a Ixora-vermelha, com nome científico *Ixora chinensis* (Figura 36A); a Três-marias, *Bougainvillea spectabilis* (Figura 36B); Árvore-da-felicidade, *Polyscias fruticosa* (Figura 36C); o Jasmim-do-Caribe, *Plumeria pudica* (Figura 36D) e a Mil-cores, *Breynia disticha* (Figura 36E). Assim, para essa classificação, das 5 espécies registradas, somente uma é nativa do Brasil. Já entre as espécies herbáceas, até o momento foram identificadas apenas duas, ambas exóticas, sendo, a primeira, a Espada-de São Jorge, cientificamente denominada como *Sansevieria trifasciata laurentii* (Figura 36F); e a segunda, a Papiro, ou *Cyperus papyrus* (Figura 36G). Por fim, com relação às gramíneas, foi identificada apenas a espécie Grama-esmeralda, ou *Zoysia japonica*, de origem exótica.

Figura 31 – Algumas espécies vegetais arbustivas e herbáceas existentes no centro histórico tombado de Laranjeiras, SE



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Assim, notoriamente, a predominância das espécies vegetais exóticas ante as nativas nos espaços verdes do centro histórico de Laranjeiras perdura até os dias atuais (Quadro 5), ainda

que a cidade possua como característica remanescentes nativos no entorno de suas ocupações urbanas. A percepção retoma a análise de Cardim (2022) acerca do processo gradativo, a partir do século XVI, de consolidação da noção de que a mata nativa deva estar distanciada dos núcleos citadinos, fomentado pelo inicial desconhecimento dos colonizadores sobre a flora do Brasil e sua tentativa de importar uma paisagem conhecida de sua casa (Europa). Assim, a repetição desse padrão de ocupação foi solidificado entre os séculos.

Quadro 5 – Síntese das espécies vegetais já identificadas no centro histórico de Laranjeiras, SE

CLASSIFICAÇÃO	NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	ORIGEM
Arbórea	Algodoeiro da Praia	<i>Talipariti tiliaceum</i>	Exótica
	Palmeira-Imperial	<i>Roystonea oleracea</i>	Exótica
	Ficus	<i>Ficus benjamina</i>	Exótica
	Flamboiã	<i>Delonix regia</i>	Exótica
	Palmeira leque de fiji	<i>Pritchardia pacifica</i>	Exótica
	Nim	<i>Azadirachta indica</i>	Exótica
	Oiti	<i>Moquilea tomentosa</i>	Nativa
	Cássia Rosa	<i>Cassia grandis</i>	Nativa
	Chama-da-Floresta	<i>Spathodea campanulata</i>	Exótica
	Mangueira	<i>Mangifera indica</i>	Exótica
	Jambo	<i>Syzygium malaccense</i>	Exótica
	Aldrago	<i>Pterocarpus violaceus</i>	Nativa
	Resedá	<i>Lagerstroemia indica</i>	Exótica
	Palmeira Areca Bambu	<i>Dyopsis lutescens</i>	Exótica
	Aroeira-vermelha	<i>Schinus terebinthifolia</i>	Nativa
	Leucena	<i>Leucaena leucocephala</i>	Exótica
	Mata-fome	<i>Pithecellobium dulce</i>	Nativa
Palmeira-de manila; veitchia	<i>Adonidia merrillii</i>	Exótica	
Arbustiva	Ixora-vermelha	<i>Ixora chinensis</i>	Exótica
	Três-marias	<i>Bougainvillea spectabilis</i>	Nativa

	Árvore-da-felicidade	<i>Polyscias fruticosa</i>	Exótica
	Mil-cores	<i>Breynia disticha</i>	Exótica
	Jasmim-do-Caribe	<i>Plumeria pudica</i>	Exótica
	Pingo de ouro	<i>Duranta erecta</i>	Nativa
Herbácea	Espada-de-São-Jorge	<i>Dracaena trifasciata</i>	Exótica
	Papiro	<i>Cyperus papyrus</i>	Exótica

Fonte: Desenvolvido pela autora, 2024.

Ademais, Coelho, Silva e Silva (2018) defendem que o processo de documentação de um inventário botânico não deve estar restrito, somente, a identificação das espécies, com sua nomenclatura popular e científica, além de sua origem, mas sim, agregar dados a nível fenológico e estrutural de cada indivíduo, de modo a viabilizar propostas de intervenção nos espaços assinalados. Assim, a partir da metodologia estabelecida, os autores atribuíram os seguintes itens a serem seguidos:

- Número de ordem,
- Coordenadas geográficas,
- Nome comum da espécie,
- Nome científico,
- Família botânica,
- Idade aproximada do indivíduo arbóreo,
- Altura aproximada do indivíduo arbóreo,
- DAP – diâmetro a altura do peito,
- Sistema radicular (tipo),
- Diâmetro médio da copa (Coelho, Silva e Silva, 2018, p. 144).

Então, diante do intento em intervir em determinado espaço verde do objeto de estudo em foco, faz-se necessário coletar in loco as informações destacadas por Coelho, Silva e Silva (2018), a fim do profissional especializado (ou coletivo multidisciplinar) possuir os dados atualizados e, então, conseguir propor a conduta mais adequada diante da demanda levantada.

4. CONDICIONANTES PARA O INCREMENTO DE VEGETAÇÃO NO CENTRO HISTÓRICO TOMBADO DE LARANJEIRAS/SE

Com o domínio da contextualização do objeto de estudo, foi possível diagnosticar suas potencialidades e fragilidades com relação a densidade de vegetação existente no espaço e a dinâmica do uso de uma cidade de valor patrimonial:

Potencialidades

- a) Portaria nº 15 de janeiro de 2019 (Laranjeiras, 2019): uma vez que se trata de um normativo que direciona e regulamenta as intervenções a serem realizadas especificamente no centro histórico de Laranjeiras, atendendo às necessidades específicas ao contexto do local;
- b) Manifestações culturais diversas, reforçando o valor identitário da população local entre as gerações e movimentos populares;
- c) Turismo, atividade que movimenta a economia local;
- d) Entorno verde, tendo em vista que as colinas e encostas são massas verdes que caracterizam o plano de fundo visual da cidade;
- e) Diálogo com o rio Cotinguiba: a cidade deixa de possuir função portuária, mas o traçado urbano consolida a conexão com o curso hídrico;
- f) Espaços públicos e privados com potencial de incremento de vegetação, assim como mapeado.

Fragilidades

- a) Na portaria nº 15 (Laranjeiras, 2019), não há itens específicos a respeito do tratamento da vegetação no espaço protegido, seja com relação à existente ou a possibilidade de inserção de novas;
- b) Poucas áreas sombreadas nos espaços públicos do centro histórico e pouca variedade de espécies vegetais em diferentes portes, que poderiam servir como atrativos para a realização de atividades culturais, manifestações populares, incentivo ao turismo, realização de atividades extraclasse para com os estudantes da UFS e a população;

- c) Vegetação do entorno desconectada do centro histórico tombado;
- d) Supressão da vegetação nativa ao longo de trechos do rio Cotinguiba no perímetro do centro histórico tombado;
- e) Falta de planejamento estratégico para implemento de vegetação nos espaços públicos e privados;
- f) População culturalmente distanciada das pautas ambientais e paisagísticas.

Diante do exposto, é possível discorrer acerca das diretrizes que possibilitam explorar o potencial de esverdeamento do centro histórico da cidade, ante ao entendimento das limitações que um sítio tombado precisa respeitar para sua plena salvaguarda. Contudo, é necessário, de antemão, compreender o incremento de vegetação beneficiária a cidade, com enfoque na dinamicidade histórica da área de intervenção, e a sua população.

4.1. BENEFÍCIOS DO ESVERDEAMENTO DO CENTRO HISTÓRICO TOMBADO

As atividades de recuperação podem propiciar a reconexão do homem com a terra, por meio do resgate da identidade cultural e da percepção de valor associado ao meio ambiente no qual está inserido (Planaveg, 2017, p. 29).

Para o seguinte momento, é necessário convergir os benefícios do paisagismo com a possibilidade em proporcionar uma maior conexão entre população e o local (o que contribuiria para o fortalecimento do “espírito do lugar”, como explicado por Ferri e Teixeira, 2013), na possibilidade de reforço do panorama de vínculo de Laranjeiras com os elementos naturais, este já existente a partir de sua expansão e consolidação ao longo do rio Cotinguiba (Silva; Nogueira, 2009) e da presença da densa mata nativa no entorno da malha urbana. Além disso, a respeito da ambiência histórica do centro histórico tombado, ao que a Carta dos Jardins Históricos Brasileiros (2010) e a Carta de Florença (1981) determinam, as espécies vegetais, quando retiradas, precisam passar por um minucioso estudo quanto ao plantio de novas mudas.

Como já exposto por Cotrim (2011), sobre a relação da vegetação arbórea com o Calçadão Getúlio Vargas, o volume da copa do indivíduo, já em médio porte, fragilizou a ambiência do local que necessita ser preservada. Essa prerrogativa também é tratada especificamente no regulamento do centro histórico tombado, a Portaria nº 15 de Laranjeiras (2019), a qual, dentre suas diretrizes, busca preconizar a manutenção do protagonismo histórico

de todo o conjunto arquitetônico inserido na área de proteção. Contudo, a questão da adequação do plantio da espécie no espaço urbano é enfatizado por Silva (2018), em que a autora alerta sobre a questão da falta de planejamento sobre a compatibilização entre os indivíduos vegetais com todos os elementos que compõem o local de atuação.

Sobre a problemática acerca do plantio inadequado de espécies vegetais nas cidades brasileiras, Cardim (2022) lista as questões mais recorrentes, dentre as quais apresentam recorrência na cidade no centro histórico tombado laranjeirense, a exemplo do baixo vínculo entre os jardins urbanos e a vegetação nativa de crescimento orgânico; variedade de espécies pouco explorada, com a escolha geralmente associada a modismos do mercado mundial e uso exacerbado de palmeiras, sem compreender a fundo as possibilidades existentes para o desenvolvimento do projeto paisagístico em determinado espaço; a ausência de espaços sombreados em locais com potencial de incentivo a permanência; e a realização de podas inadequadas, como a topiaria, desassociada de uma justificativa funcional.

Em vista às problemáticas pontuadas e o contexto de preservação ao bem cultural, faz-se necessário sopesar duas óticas: a primeira, sobre a rigidez manutenção física do espaço do conjunto arquitetônico tombado em prol da ambiência histórica, como debatido por Rezende (2018), a fim de salvaguardar sua identidade, história e seus costumes. Já a segunda, a flexibilização da rigidez da manutenção da paisagem visual, a fim de explorar alternativas para o esverdeamento do centro histórico, de modo a contribuir com a melhoria da qualidade de vida dos moradores de Laranjeiras e, como consequência, estreitar os laços entre indivíduo e patrimônio (questão essa resguardada através do Código Ambiental da Cidade, lei ° 31/2009).

Ainda assim, trata-se de um limiar muito sensível, uma vez que a implantação da vegetação, por si só, pode ocasionar prejuízos à preservação do bem cultural. Frente ao exposto, o IPHAN (1999) defende que obras que tragam mudanças ao espaço devam ser mínimas, de modo a “respeitar escrupulosamente as formas externas e evitar alterações sensíveis das características tipológicas, da organização estrutural, da seqüência dos espaços internos e da vida da vegetação e da fauna existente” (p.48).

Contudo, é necessário fomentar a reflexão de que o distanciamento entre a vegetação (principalmente nativa) e as cidades foi um processo gradualmente vinculado à cultura de expansão das cidades brasileiras desde a chegada dos colonizadores, como exposto por Cardim (2022), e que isso acarretou em uma série de problemáticas ambientais e climáticas, como o aumento das temperaturas. Portanto, mesmo se tratando de cidades e centros históricos, ainda é

preciso pensar em alternativas viáveis que contribuam para a melhora da qualidade de vida desses locais, mas dentro de propostas pensadas especificamente para a área de intervenção. Sobre a questão, o IPHAN (1999) complementa:

Desde que o uso tradicional não cause danos à integridade histórica de um bem cultural, sua continuação deve ser estimulada. Quando não for possível a continuidade da função tradicional, deve-se adaptar o bem a um uso apropriado, parte de um plano cuidadosamente concebido, que reconheça seu valor papel educativo (p. 48).

Diante da possibilidade de incremento de vegetação no espaço em estudo, é preciso analisar quais os benefícios que isso traria ao local, visto que as intervenções devam ser bem justificadas a fim de ser comprovado o bônus possível de ser gerado em retorno para a sua proteção. Desse modo, Brasília (2017), Cardim (2022), Gallo e Guaraldo (2017) listam pontos positivos ao inserir adequadamente a vegetação na cidade, como a diminuição da sensação térmica e das ilhas de calor, preservação da biodiversidade; a amenização dos impactos da radiação ultravioleta; a melhora no nível de umidade do ar; a economia com os sistemas de purificação e de retenção de água; e a contenção dos processos erosivos.

Também apontam para a filtragem da intensidade dos ventos e da poluição do ar; a melhora na saúde física e mental da população; o maior aproveitamento das áreas com atividades de socialização, de recreação e de lazer externas; o estímulo à educação ambiental; a descontaminação do solo; a proteção dos espaços com desenvolvimento do ecoturismo; a valorização das edificações do entorno; e promoção à qualidade de vida. Outrossim, com o aumento de áreas vegetadas, priorizando o uso de múltiplas espécies, amplia-se a escala da paisagem local, podendo ser exploradas vegetações utilitárias para a população — como as alimentícias ou com propriedades medicinais —, mediante correta especificação em projeto específico (Planaveg, 2017).

Outro ponto a ser considerado, é com relação às festividades tradicionais de Laranjeiras, como os Cacumbis, as Taieiras, o Encontro Cultural da cidade (Dantas, 2007), que possuem como palco, também, as ruas do centro histórico tombado citadino. Assim, ao proporcionar espaços urbanos mais agradáveis, há o incentivo a intensificação da apropriação desses locais, a partir, por exemplo, da possibilidade de realização dessas festividades numa maior periodicidade. Indiretamente, também contribuiria positivamente para a atração de mais turistas à cidade — situação favorável para o incremento da economia local. Nesse âmbito, é

importante reforçar o papel dos espaços públicos em estreitar os laços entre os moradores, de modo que, ao proporcionar ambientes externos agradáveis à sociabilidade, garantem a plena qualidade de vida através do conforto ambiental (Gallo e Guaraldo, 2017).

É essencial manter as funções existentes apropriadas, em particular comércio e artesanato, e estabelecer novas funções, as quais, se forem viáveis, a longo prazo, seriam compatíveis com o contexto econômico e social da cidade, região e país em que elas forem introduzidas. O custo das operações de preservação deveria ser calculado não só pelos valores culturais das edificações, mas também em relação ao valor que os conjuntos preservados adquirem através do uso feito deles. Os problemas sociais da preservação não podem ser vistos corretamente a menos que se faça referência a essas escalas de valores (Recomendação de Nairobi, 1976 apud IPHAN, 1999, p. 49).

Ainda, em se tratando de uma localidade marcada pelo engajamento popular na construção das tradições, esse envolvimento atrelado às iniciativas para o esverdeamento da área de estudo desencadeia a possibilidade de resgate e fortalecimento de práticas associadas aos elementos naturais (Planaveg, 2017). Por exemplo, a partir do desenvolvimento do projeto de recuperação da vegetação ciliar do rio Cotinguiba, há a redução de processos de degradação desse curso hídrico, como assoreamentos, fomentando “o redirecionamento de aspirações das comunidades locais, e a construção de novas vocações regionais contribuem para a inclusão social” (Planaveg, 2017, p. 29).

Ademais, os professores Gallo e Guaraldo (2017) apontam que para a implantação, a manutenção e o monitoramento da vegetação nas cidades, é necessário seguir princípios específicos como a conexão entre os recursos voltados à conservação e desenvolvimento; o desenvolvimento de projetos específicos que integrem as espécies com a urbe; a necessidade incluir essa intervenção no plano orçamentário público; além do envolvimento de entidades públicas e privadas que viabilizem a proposição.

4.2 DIRETRIZES PROJETUAIS

Com o diagnóstico exposto, foi possível discorrer diretrizes para o esverdeamento do centro histórico de Laranjeiras, sendo dividido em duas instâncias: a primeira, geral, que aborda aspectos mais abrangentes, como com relação a atualização de normativos, ao desenvolvimento de atividades de conscientização, e a compreensão dos aspectos sociais particulares da região, por exemplo; e, a segunda, que descreve especificamente sobre a caracterização da vegetação e desdobramentos quanto a sua inserção. Para isso, foram utilizados materiais como o “Plano

Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa” (Brasília, 2017), o “Manual Técnico de Arborização Urbana” (São Paulo, 2015) e a “Elaboração de diretrizes para recuperação da vegetação ciliar do rio Jacuí” (FZB/RS, 2018). Portanto, acerca das diretrizes gerais, foram fundamentados os seguintes pontos:

- a) Proposta de atualização da portaria nº 15 (Laranjeiras, 2019), acrescentando itens em relação ao trato da vegetação no centro histórico tombado.

Como já exposto, a portaria nº 15 (Laranjeiras, 2019) caracteriza a área de tombamento do centro histórico laranjeirense e os elementos que o compõem, tratando acerca das diretrizes preconizadas para a salvaguarda deste sítio. Contudo, ainda que haja a descrição das colinas e sua vegetação, no entorno da malha urbana protegida, como elementos que compõem a paisagem visual histórica local e, portanto, que devem ser preservadas; bem como há uma série de definições a respeito das intervenções no patrimônio construído, não há nada específico sobre o trato de seus jardins históricos, nem de que modo deve ser dado o manejo da vegetação dentro da área em proteção.

Nos jardins, natureza e história são elementos vivos e dinâmicos em incessante mutação, surgindo sempre em sua gestão novas e imprevisíveis situações. O tratamento dessas questões não pode ser reduzido a fórmulas precisas já que cada jardim apresenta aspectos singulares a exigir soluções próprias (Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, 2010).

Portanto, faz-se necessária a revisão desse normativo, de modo a apontar definições que norteiam qual a forma correta para manipular a vegetação em razão da manutenção da integridade material, cultural e visual do centro histórico tombado (inserido no conceito da ambiência histórica de Ferri e Teixeira, 2013), mediante a apreensão de quais são as áreas que possuem potencial de atuação — a nível de domínio público e privado. Ademais, é importante frisar que a intervenção nos espaços elencados deverão, além de seguir as determinações da portaria, ser precedida de projeto paisagístico específico, realizado por profissionais capacitados. Ainda, cada área elencada deverá ser caracterizada quanto ao seu uso, domínio (público ou privado) e relação com o entorno histórico, assim como apresentado nos diagnósticos realizados.

Figura 32 – Espaços com potencial de esverdeamento no centro histórico tombado de Laranjeiras/SE



1 - EMPRAÇAMENTOS

2- MASSAS VERDES NO ENTORNO URBANO
(REMANESCENTES NATURAIS)

3 - ÁREAS VERDES INTRAQUADRA

4- VIAS PÚBLICAS

Fonte: Adaptado de IPHAN (2009) e Google Earth (2024)

- b) Elaboração de um manual técnico específico para a inserção de vegetação no centro histórico, como um manual de arborização, em forma de legislação específica para a vegetação elaborado por profissional capacitado.

O Plano Nacional de Recuperação de Vegetação Nativa (Planaveg, 2017) define um plano de atuação composto por 8 etapas estratégicas que visam motivar, facilitar e implementar o fortalecimento em larga escala, dentro do âmbito nacional, da cobertura vegetal nativa do Brasil.

Dessa forma, o seguinte plano preconiza, de antemão, a conscientização acerca da iniciativa para a população em geral, veiculado também em mídias sociais, caracterizando o movimento, bem como seus benefícios; também inclui o resgate de políticas públicas existentes favoráveis ao desenvolvimento da proposta, de modo a levantar quais órgãos e entidades podem contribuir nesse intento, inseridos em diferentes papéis de atuação; a inserção de ações de monitoramento do desenvolvimento da vegetação nativa, auxiliando no planejamento de processos de atuação; incentivar a elaboração de pesquisas e estudos que potencializam e aprimoram as técnicas de recuperação dessa cobertura vegetal, entre outros.

[...] tais informações são importantes não só na definição do manejo com vistas a garantir o bom desenvolvimento dos indivíduos recém plantados, como uniformizar ações e intervenções regionalmente e auxiliar nas tomadas de decisão que visam a redução dos riscos previsíveis de quedas de árvores ou de partes destas, sempre focando o conjunto da arborização. (São Paulo, 2015, p. 51)

Assim, é importante compreender que o Planaveg (2017) possui atuação macro, dentro da escala nacional, então, para afunilar a estratégia para as necessidades do objeto de estudo, dentro da escala municipal, é necessário adaptar a organização apresentada para o foco nas características e necessidades do centro histórico tombado de Laranjeiras, com apoio de um coletivo multidisciplinar capacitado, podendo conter, também, as diretrizes expostas no trabalho, vinculando-se à portaria nº 15 de Laranjeiras (2019). Ademais, quanto a origem das espécies a serem utilizadas, o Planaveg (2017) defende o uso de vegetação nativa, a fim de fortalecer a biodiversidade e ecossistemas locais, mas, o uso de exóticas pode ser estrategicamente escolhido diante de seu desenvolvimento mais acelerado.

Contudo, para a efetiva aplicação dos mecanismos para inserção de vegetação no sítio histórico em estudo, é fundamental que seja previsto o levantamento do inventário botânico do local, assim como defende a FZB/RS (2018). Desse modo, será possibilitada a compreensão das características das espécies bem adaptadas ao seu ecossistema e à manutenção da integridade material do patrimônio resguardado.

- c) Incentivo fiscal para o plantio de vegetação em espaços privados do centro histórico.

Ainda tendo como referência o Planaveg (2017), este aponta a importância em adotar estratégias para a captação de recursos financeiros que incentivem a atuação do plano, a exemplo

de “empréstimos bancários preferenciais, doações, compensações ambientais, isenções fiscais específicas e títulos florestais” (p. 42). Assim, de mesmo modo para a escala do centro histórico tombado, deverão ser previstos incentivos fiscais que promovam o esverdeamento de seus espaços, principalmente em se tratando de lotes privativos, também estimulando o envolvimento da população com a iniciativa.

Figura 33 – Vegetação alocada na calçada de uma residência no centro histórico tombado de Laranjeiras/SE



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Especificamente sobre os lotes privados, diante da configuração das edificações característica do período colonial, assim como descrito por Cardim (2022), é comum encontrar na região em estudo do sítio histórico laranjeirense residências sem recuo frontal, mas com presença de vegetação nos fundos, compondo os espaços verdes intraquadra. Desse modo, “nessas áreas internas a escolha da espécie a ser plantada poderá ser feita considerando o objetivo da arborização, a particularidade de uso do local ou a preferência do responsável pela área” (São Paulo, 2015, p. 39). Portanto, diante do caráter subjetivo quanto a adoção ou não de estratégias de esverdeamento nesses espaços, os incentivos fiscais, junto à campanhas de conscientização ambiental, atuam favoravelmente para o engajamento da população na iniciativa.

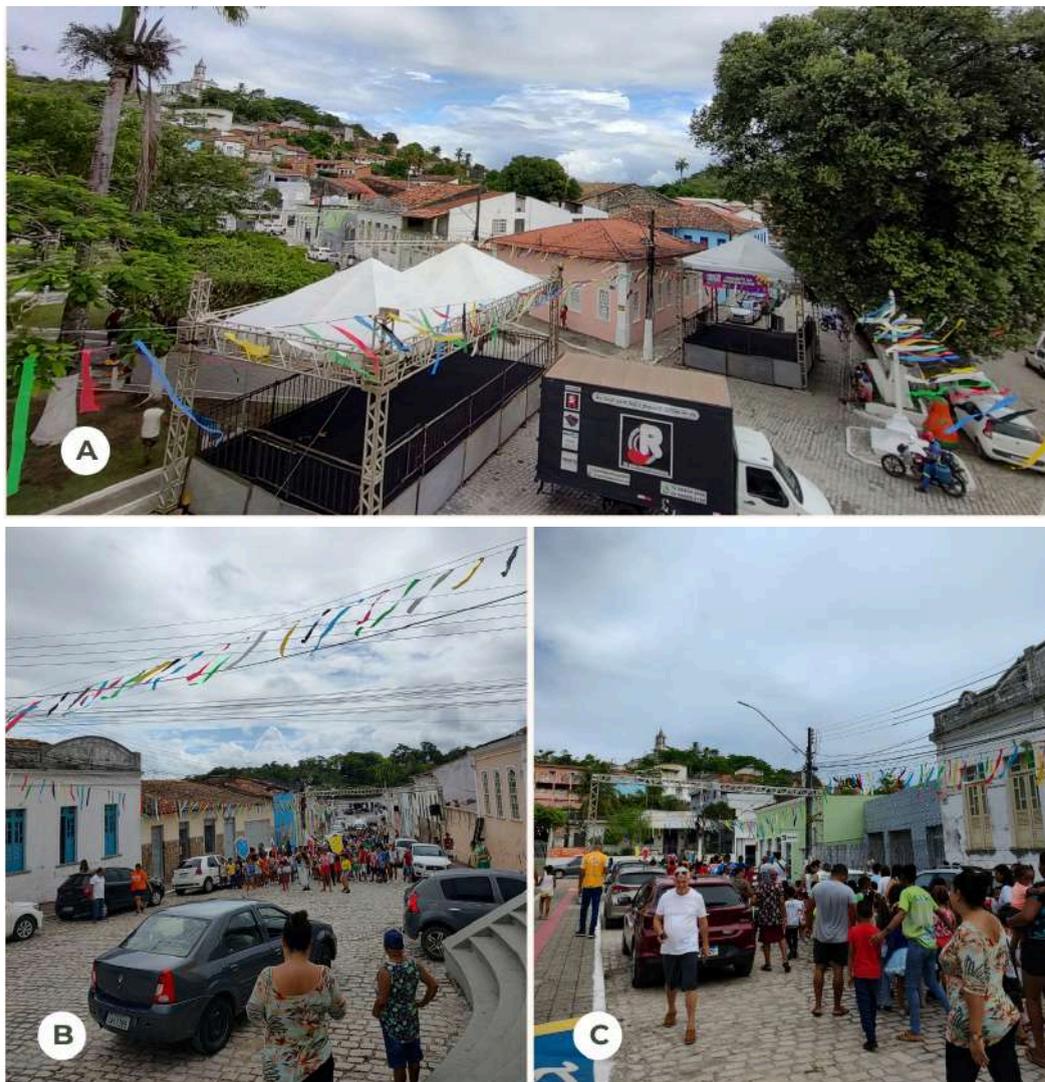
- d) Campanhas educativas de conscientização ambiental compartilhada entre a prefeitura municipal, as escolas locais, a Universidade Federal de Sergipe, o IPHAN, a população e profissionais capacitados.

A respeito do distanciamento entre sociedade e ambiente, de modo a ser possível observar a desconexão entre cidade e vegetação na paisagem urbana ao longo dos séculos, assim como aprofundado por Cardim (2022) e Magalhães (2015), o Planaveg (2017) atribui a ação antrópica a responsabilidade para a fomentação desse panorama, sendo, então, fundamental que a população esteja envolvida com as estratégias para a retomada de ecossistemas desgastados. Em vista disso, campanhas educativas ambientais, que chamem atenção para a importância da presença da vegetação no ambiente construído, principalmente em prol da valorização das manifestações culturais e do sítio histórico, se fazem primordiais para a aplicação dos planos de esverdeamento no objeto de estudo. Entretanto, “a estratégia deve suprir as lacunas detectadas anteriormente por meio de uma pré-campanha de avaliação da sensibilidade do público-alvo e deve ser adaptada para atender as necessidades de cada região biogeográfica” (Planaveg, 2017, p. 46).

- e) Compreender de que modo as festividades e manifestações populares se apropriam das ruas do centro histórico tombado.

Com o entendimento de que o valor patrimonial do centro histórico de Laranjeiras não está apenas associado ao seu sítio tombado, mas também às suas tradições culturais populares — como o Micareme, o Lambe-sujo, e o Cacumbi, por exemplo (Dantas, 2007) — para o correto diagnóstico do espaço assinalado com potencial de esverdeamento, é fundamental dominar de que modo cada uma dessas manifestações se relacionam com os elementos que compõem a área de estudo. Só então, será possível compreender as dinâmicas de apropriação popular para com o centro histórico, de modo a possibilitar o desenvolvimento de projetos paisagísticos que agreguem vegetação que potencialize os usos tidos.

Figura 34 — Ruas do centro histórico tombado de Laranjeiras/SE na preparação para o Micareme 2024



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

- f) Recuperação da vegetação ao longo das margens do rio Cotinguiba, visando a sua proteção e revitalização

Como já exposto, a recuperação e conservação da mata ciliar proporciona benefícios como a redução de processos de assoreamento, filtragem da água, potencialização do aumento do volume hídrico nos lençóis freáticos, além de fortalecer o ecossistema local (Planaveg, 2017). Também contribui para o amortecimento das águas pluviais; a oxigenação do rio, o que propicia um meio saudável para o desenvolvimento de peixes, impactando positivamente em atividades pesqueiras, por exemplo (FZB/RS, 2018). Ademais, a iniciativa contribui não só para a

perenidade do rio Cotinguiba em si, mas também para a perpetuação entre gerações do elemento que norteou o desenvolvimento do traçado urbano tombado (Cotrim, 2011). Para o pleno desenvolvimento das espécies vegetais existentes ou inseridas, é importante que haja fiscalização e controle para que resíduos sólidos, entulhos ou similares não sejam descartados em seu entorno.

Figura 35 – Registro de diferentes trechos do rio Cotinguiba dentro do perímetro tombado do centro histórico de Laranjeiras/SE



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

- g) Cada uma das áreas em potencial deverá ter estudos individualizados, de modo a serem elaboradas diretrizes projetuais específicas àquele espaço.

Em se tratando de um espaço repleto de pluralidades, é importante que sejam realizados estudos específicos que determinem o diagnóstico adequado dentro de uma escala micro,

norteando a delimitação de diretrizes específicas para cada uma das áreas assinaladas com possibilidade de inserção de vegetação. A partir de então, será possível iniciar o planejamento de propostas de intervenção, também se valendo dos normativos e legislações vigentes para o centro histórico tombado (como a portaria nº 15 de Laranjeiras, 2019) e das diretrizes gerais delineadas com o estudo.

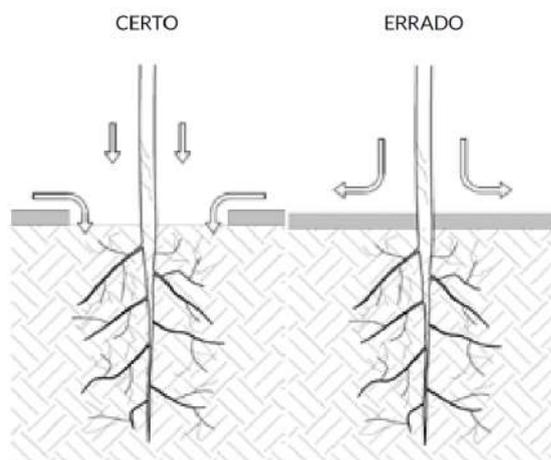
Já em relação às diretrizes específicas ao tratamento da vegetação dentro da região em estudo, levanta-se as seguintes colocações:

- a) Diante do projeto paisagístico específico, deverão ser evitadas as espécies que possam comprometer as tubulações, a pavimentação e a estrutura das edificações próximas ao seu plantio.

Diante do diagnóstico das características e condicionantes do local explorado, é importante elencar indivíduos vegetais compatíveis aos dados levantados, possibilitando que estes venham a se desenvolver plenamente, sem conflitar com mobiliários urbanos, como redes elétricas e postes de iluminação, e outras estruturas como tubulações, calçamento, além da própria edificação. A escolha de uma espécie adequada também contribui para a redução das atividades de manutenção dela, como podas e transplantes (São Paulo, 2015). Com o desenvolvimento do inventário botânico do sítio do tombado, a determinação das espécies é facilitada, uma vez que já se possui a compreensão das características da vegetação já adaptada à localidade.

Outrossim, espécies frutíferas, ou que possuam queda de galho característica, deverão ser evitadas próximas a vias, passeios e regiões de permanência (como no entorno de bancos, de academias da cidade ou playgrounds), uma vez que sinalizam risco de danificar o pavimento e de causar acidentes com os transeuntes. Ademais, o Manual Técnico de Arborização Urbana (São Paulo, 2015) chama a atenção para a manutenção de uma área permeável no entorno da planta, ou seja, sem pavimentação, para que esta consiga se desenvolver sem gerar prejuízos a si ou ao seu entorno urbano, principalmente quando plantadas em vias ou passeios públicos.

Figura 36 – Indicação da área permeável necessária para o desenvolvimento da muda



Fonte: São Paulo, 2015.

- b) A vegetação não pode impedir a visibilidade do entorno vegetado do centro histórico, nem das edificações históricas.

Como preconizado pela portaria nº 15 (Laranjeiras, 2019), elementos que obstruam a visualização do patrimônio histórico e do seu plano de fundo, composto por colinas e vegetação nativa, deverão ser evitados a fim de não comprometer a ambiência histórica (Ferri e Teixeira, 2013) na composição da paisagem local. Nesse âmbito, o profissional capacitado deverá desenvolver o projeto tendo em mente não desconfigurar o aspecto paisagístico desse entorno (São Paulo, 2015). Portanto, o plantio de mudas deverá respeitar espaçamentos mínimos entre o elemento construtivo e a vegetação, a depender do seu porte, valendo-se do intento em valorar a configuração do traçado urbano histórico nas imediações da área enfocada.

Figura 37 – Distâncias entre a região de plantio e a faixa das edificações, muros ou gradis

Distância mínima em relação à:	Porte da árvore		
	Pequeno	Médio	Grande
Edificações (1)	2,00	4,00	7,00
Muro ou gradil	1,00	2,00	3,00

Fonte: São Paulo, 2015.

- c) A inserção de vegetação em passeios públicos deverá ser realizada mediante largura suficiente para o plantio, a passagem de transeuntes e inserção de mobiliários urbanos.

A vegetação poderá ser inserida em passeios com, no mínimo, 1,90m de largura (São Paulo, 2015). Nas áreas que possuírem restrição ao plantio devido a largura inadequada do passeio ou limitações quanto ao diálogo com as edificações históricas, poderão ser consideradas a inserção de vegetação em vasos, floreiras ou outras alternativas traçadas sob projeto específico.

Figura 38 – Dimensões mínimas para o plantio de árvores no passeio

Largura do passeio (m)	Largura mínima do canteiro (m) ^{*B}	Área mínima do canteiro (m ²) ^{*C}	DAP ^{*A} máximo (m)
Menor que 1,90	Não é recomendado o plantio de árvores		
1,90 a 2,09	0,60	0,60	Até 0,50
2,10 a 2,39	0,80	0,80	Até 0,70
2,40 a 2,79	1,00	1,20	Até 0,90
Maior que 2,80	1,40	2,00	Até 1,20

**A DAP: Diâmetro à Altura do Peito (1,30 m) da árvore adulta;*

**B: Largura mínima: valores indicados considerando a fase adulta da árvore, quando esta atingir seu desenvolvimento pleno (DAP máximo), de modo que exista espaçamento entre tronco e piso impermeável;*

**C: Área mínima do canteiro: no momento do plantio o canteiro não poderá ser menor que 0,60 x 0,60 m, devendo aumentar proporcionalmente ao crescimento da árvore, mantendo sempre uma área permeável adequada no entorno do tronco. Na impossibilidade de executar canteiros quadrados ou circulares, poderão ser obtidos os valores indicados de área mínima em canteiros retangulares.*

Fonte: São Paulo, 2015

Ademais, o indivíduo vegetal não poderá obstruir mobiliários urbanos (como a fiação aérea e a luminosidade, sinalizações de trânsito, os acessos de veículos e as rampas de acessibilidade), então, para isso, deverá passar por podas periódicas. No caso do plantio de mudas, é preferível que sejam alocadas desalinhadas com as redes elétricas ou postes de iluminação, valendo-se da manutenção de 1,20m de faixa livre para a passagem de pessoas nos passeios. Nesse sentido, o Manual (São Paulo, 2015) sugere distâncias mínimas de elementos necessários ao pleno funcionamento da dinâmica urbana das cidades. Assim, caso os distanciamentos mínimos não sejam atendidos ou a inserção de vegetação venha a comprometer a caracterização do centro histórico tombado, o incremento de vegetação naquele espaço não é recomendado.

Figura 39 – Distanciamentos mínimos entre vegetação e mobiliários e instalações urbanos

Distância mínima em relação à:	Porte da árvore		
	Pequeno Coluna 1	Médio Coluna 2	Grande Coluna 3
Esquina (referenciada ao ponto de encontro dos alinhamentos dos lotes da quadra em que se situa)	5,00	5,00	5,00
Postes	2,00	3,00	3,00
Placas de sinalização	(1)	(1)	(1)
Equipamentos de segurança (hidrantes)	1,00	2,00	3,00
Instalações subterrâneas (gás, água, energia, telecomunicações, esgoto, tubulação de águas pluviais)	1,00	2,00	2,00
Mobiliário urbano (bancas, cabines, guaritas, telefones)	2,00	2,00	3,00
Galerias	1,00	1,00	1,00
Caixas de inspeção (boca de lobo, boca de leão, poço de visita, bueiros, caixas de passagem)	2,00	2,00	2,00
Guia rebaixada, gárgula, borda de faixa de pedestre, acesso de pedestre à edificação.	1,00	1,00	2,00
Transformadores	3,00	4,00	5,00
Espécies arbóreas	5,00 (2)	8,00 (2)	12,00 (2)

Fonte: São Paulo, 2015

Portanto, com as visitas in loco realizadas, foi possível aferir dinâmicas conflitantes existentes entre mobiliário urbano e vegetação, devendo-se valer de atividades de manutenção como podas específicas.

Figura 40 – Conflito entre vegetação e mobiliários urbanos no centro histórico de Laranjeiras/SE



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

- d) Deverão ser realizadas podas de manutenção periodicamente, além do acompanhamento do desenvolvimento das espécies, para o controle de seu crescimento e de seu estado fitossanitário.

As práticas de manejo preventivo — como retirada de uma espécie para a realocar em outro espaço, podas, regas, supressão de indivíduos vegetais invasores, por exemplo—, ocorrido periodicamente, são essenciais para promover o crescimento saudável e seguro das árvores, minimizando a necessidade de intervenções corretivas, como podas drásticas, transplantes ou supressões. A partir dessa ação, é possibilitado o pleno desenvolvimento saudável da vegetação até entrar em fase senil, sem representar riscos para o entorno urbano e seus usuários. Assim, esse acompanhamento deverá ser realizado conforme as necessidades particulares a cada espécie, de modo a manter o controle da monitoração de seu estado fitossanitário. Especificamente com relação às podas, estas deverão ser realizadas de modo a evitar conflitos com o espaço construído existente, visando manter ao máximo a sua aparência original e a salubridade do indivíduo (São Paulo, 2015).

Ademais, para indivíduos recém plantados, é fundamental regas constantes durante os dois anos iniciais, a fim de garantir seu crescimento sadio, também observando que o coroamento deve possuir formato que facilite a absorção da água da rega. Depois desse íterim, estudos apontam que as raízes da árvore já conseguem captar água autonomamente, não necessitando mais do coroamento. Ainda durante o processo de crescimento e desenvolvimento da espécie, é necessário utilizar haste para apoio e desenvolvimento adequado da muda, podendo ser de madeira ou bambu, fixado próximo ao caule fora do torrão da muda e com amarração em “8” com material que não prejudique a muda (sisal, barbante, tecido ou similar). Também podem ser utilizadas outras alternativas para a ancoragem da planta, desde que não prejudique o seu crescimento. Em áreas com fluxo de passagem de pessoas mais intenso, como em quadras esportivas, playgrounds e academia da cidade, no entorno da muda deverão ser alocados protetores que evitem choques mecânicos (São Paulo, 2015).

- e) Deverá ser dada preferência à diversidade de espécies, preferencialmente nativas.

Ao desenvolver projetos de incremento de vegetação que possuem diversidade de espécies, evita-se a proliferação de pragas ocorridas entre indivíduos da mesma espécie (FZB/RS,

2018). Ademais, a escolha de espécies nativas, principalmente dentre as presentes no inventário botânico local, facilita o seu desenvolvimento — uma vez que se trata de vegetações adaptadas à localidade —, além de conversarem com o entorno verde do centro histórico tombado, conformando a sensação de unidade na paisagem.

Figura 41 – Densidade verde no entorno do centro histórico tombado de Laranjeiras/SE



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

- f) Não realizar o plantio de espécies consideradas invasoras ou que causem alergias ou que comprometam a passagem do pedestre.

Para o caso da capital paulista, o Manual de Arborização (São Paulo, 2015), aponta quais espécies são consideradas invasoras em seu centro urbano, indicando a remoção delas a fim de evitar maiores prejuízos ao entorno edificado. Assim, para a cidade de Laranjeiras, uma equipe técnica especializada deverá identificar se há vegetações parasitas no centro histórico tombado, buscando evitar o seu plantio ou, para o caso daquelas já existentes, avaliar posteriormente melhores condutas que não comprometam os bens tombados sob salvaguarda — seja a remoção da espécie ou realização de podas específicas, sempre acompanhados de supervisão técnica específica.

- g) Realizar plantio de novas mudas próximas às espécies vegetais que estão prestes a se tornarem senis.

Ainda que haja o monitoramento efetivo das espécies, com desenvolvimento saudável, estas chegam ao estado senil, passando a tombar em demasia, ter regiões ocas, infestar de pragas ou doenças, por exemplo. Com esses sinais, passam, portanto, a apresentar riscos à integridade da estrutura ao seu redor, como edificações, pavimentos e mobiliários urbanos, e às pessoas. Assim, vegetações doentes ou já mortas devem ser retiradas, seguido do plantio de novas mudas nas imediações. Ainda, ao serem constatadas árvores adultas, pode-se adotar a estratégia de já plantar novos indivíduos alternadamente, colaborando para a permanência da cobertura vegetal naquele espaço (São Paulo, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o entendimento da conceituação de paisagem a partir da definição de seus métodos de análise, sob a ótica de Vicente del Rio (1995), foi possível adentrar ao reconhecimento da relação entre vegetação e cidade na paisagem ao longo do tempo, abrangendo as tendências — em principal europeias — do desenvolvimento dos ajardinamentos e suas influências no Brasil desde a chegada dos colonizadores até os dias atuais — assim como explicam Cardim (2022) e Magalhães (2015). Nesse sentido, em se tratando do recorte de cidades que são resguardadas devido ao seu valor histórico, artístico e social para o país, foi necessário levantar recomendações e cartas que discorrem reflexões e imposições quanto ao trato da vegetação nos sítios tombados — como a Recomendação de Paris (1962) e a Carta dos Jardins Históricos Brasileiros (2010).

Desse modo, foi possível adentrar na contextualização do centro histórico de Laranjeiras, cidade verde de segunda geração (Cardim, 2022), tendo compreendido, de antemão, as prerrogativas que influenciaram o desenvolvimento de seu traçado urbano, aprofundando, principalmente, o entendimento de sua relação com os espaços verdes projetados ou não ao longo dos anos, sob a explicação de autores como Silva e Nogueira (2009) e Bonduki (2010). A partir de então, foi possível identificar áreas com potencial de esverdeamento, públicas ou privadas, levando em consideração a existência de espaço disponível para o plantio de novas mudas de vegetação.

Ainda, a fim de aprofundar mais a dinâmica de entendimento do sítio histórico com massas verdes, algumas espécies existentes no perímetro foram identificadas, dentre as que mais se destacam na paisagem citadina — seja por seu porte, cores ou demais características específicas. Assim, é possível depreender que a paisagem de Laranjeiras, em especial para a região do centro histórico tombado, abrange as edificações históricas, as colinas de seu entorno, o rio Cotinguiba e as manifestações populares que tomam como palco as ruas da cidade. Portanto, diante do diagnóstico levantado, foi possível traçar diretrizes projetuais para o incremento de vegetação nas áreas assinaladas, tendo como base materiais técnicos específicos voltados a essa temática, de modo a levantar proposições de cunho educativo, social, histórico e ambiental, partindo da sugestão de atualização da portaria nº 15 (Laranjeiras, 2019).

A partir do exposto, é necessária a compreensão de que, para a implementação do estudo, será preciso que um corpo profissional capacitado realize a atualização dos dados qualitativos obtidos, diante da limitação técnica do trabalho, a fim de obter os resultados expostos

quantitativamente, possibilitando catalogar a extensão das áreas com potencial de esverdeamento — principalmente em se tratando dos lotes privativos, o qual foi avaliado, em suma, por imagens de satélite do Google Earth. Outrossim, o seguinte estudo abarca como foco o centro histórico tombado de Laranjeiras, contudo, as proposições apresentadas apresentam possibilidades de se estenderem para as demais imediações do município, dentro do objetivo de esverdeamento da paisagem nas regiões urbanizadas.

Com a conclusão do trabalho, entende-se que, além de ser uma localidade regada de identidade, história e representatividade, o centro histórico tombado de Laranjeiras, em Sergipe, também apresenta riqueza quanto ao seu patrimônio vegetal. Assim sendo, a exploração de seu potencial de esverdeamento se respalda no cenário de intensificação da valorização do patrimônio, principalmente com relação ao aumento do vínculo entre a população e as ruas do sítio histórico. Ademais, a proposta busca estreitar a conexão entre as colinas e suas formações vegetais naturais com os jardins dentro do perímetro em foco, contribuindo para a consolidação da unidade da paisagem laranjeirense. Ainda, tendo em vista que o município carrega o nome de um indivíduo arbóreo, o pé de laranja, esse olhar contribui para o fortalecimento da identidade local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**, 2003. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília: IPHAN, Programa Monumenta, 2010.

CARDIM, R. **Paisagismo sustentável para o Brasil**. 1 ed. São Paulo: Editora Olhares, 2022.

CARTA DE FLORENÇA – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, maio de 1981.

CARTA DOS JARDINS HISTÓRICOS BRASILEIROS, dita Carta de Juiz de Fora - Outubro de 2010.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: Conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009.

COTRIM, Lícia. **O Espaço livre público e a visão cotidiana da paisagem: um caso do centro histórico de Laranjeiras**. 2011. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Um Caso do Centro Histórico de Laranjeiras, São Paulo, 2011.

CRUZ, Eval. **Sacerdotisa em Laranjeiras/SE: trajetória e recursos na ocupação de um espaço de poder e dominação**. 2012. 110 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

DANTAS, Beatriz Góis. **Laranjeiras: entre o passado e presente. O despertar do conhecimento: Na Colina Azulada, Laranjeiras**, 2ª ed., p. 181-199, 2007.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. Editora Pini, 1995.

FERRI, Lilian Stedile; TEIXEIRA, Luiz Eduardo Fontoura. **Criação de Cenários: A espetacularização urbana contemporânea**. I Simpósio de Patrimônio Cultural de Santa Catarina, Florianópolis, p. 1 - 13, novembro de 2013.

FZB/RS. **Elaboração de Diretrizes para Recuperação da Vegetação Ciliar do Rio Jacuí**. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO. **Reflora - Herbário Virtual**. Disponível em: <https://floradobrasil.jbrj.gov.br/reflora/herbarioVirtual/>. Acesso em: 25 nov. 2024.

IPHAN. **Manual de Intervenção em Jardins Históricos**. 1999. 1ª edição. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Man_IntervencaoJardinsHistoricos_1edicao_m.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024

IPHAN. **Laranjeiras (SE)**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/357>>. Acesso em: 27 jan 2024.

IPHAN. **Parecer técnico N.º 102/2023**. DIVTEC IPHAN-SE. 2023. Disponível em: <https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?9LibXMqGnN7gSpLFOOgUQFziRouBJ5VnVL5b7-UrE5RALGq8XiwqjE2RnLIQ5wb_JRcyhPZYhR3SSMuHCMPEmYBJQ2K8BjO77POGe7yfdbSokim1r6UiHZyng4nLKtYn>. Acesso em: 23 jan 2024.

LARANJEIRAS. **Portaria N.º15, de 21 de janeiro de 2019**. Diário Oficial da União. Laranjeiras, Sergipe, n. 33, p. 6. 15 fev 2019. Seção 1.

IPHAN. **Portaria N.º 420**, de 22 de dezembro de 2010.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. **O Desenho da História no Traço da Paisagem: Patrimônio paisagístico e jardins históricos no Brasil - memória, inventário e salvaguarda**. 2015. 414 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

MENEGUELLO, Cristina. **O Coração da Cidade: observações sobre a preservação dos centros históricos**. Observações sobre a Preservação dos Centros Históricos. 2005. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/coracao_da_cidade.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

PLANAVEG, Brazil. **Plano nacional de recuperação da vegetação nativa**. Ministério do Meio Ambiente: Brasília, Brazil, v. 76, 2017.

REZENDE, Edson F. **A produção do espaço no centro histórico de Ouro Preto: O processo de esvaziamento residencial e as práticas entre o percebido e o vivido**. Dissertação de Mestrado - UFMG. Belo Horizonte, 2018.

ROCHA, Ariadne Enes (org.). **Arborização urbana: centro histórico e praças de São Luís, Maranhão**. São Luís: Editora Uema, 2018.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. **Manual Técnico de Arborização Urbana**. 3 ed., São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2015.

SILVA, Joelmir Marques da; CARNEIRO, Ana Rita Sá; ONOFRE, Saúl Alcántara. **A integridade visual na conservação de um jardim histórico**. Jardins Históricos: envolvimento, sensibilização e participação da sociedade, Rio de Janeiro, 1ª ed., p. 115-131, 2018.

SILVA, Eder Donizete da; NOGUEIRA, Adriana Dantas. **Lançando um olhar sobre o patrimônio arquitetônico de Laranjeiras**. O despertar do conhecimento: Na Colina Azulada, Laranjeiras, 2ª ed., p. 37-98, 2009.

SILVA, Wilma. **Árvores Nativas na Arborização Urbana: importância e benefícios no planejamento ambiental da cidade de Alagoinhas - Bahia**. 2018. 97 f. Monografia

(Especialização) - Curso de Gestão Ambiental em Municípios, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

TERRA, Carlos Gonçalves. **Os jardins no Brasil do século XIX: glaziou revisitado.** 1993. 272 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História da Arte, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.